

Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da
Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Realização de ágio na aquisição de investimentos

Por que é um PAA

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantém registrado como ágio na aquisição de investimentos o montante de R\$1.314.075 mil na controladora e R\$1.777.203 mil no consolidado, conforme nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), a Companhia deve testar anualmente o valor do ágio para determinar se houve perda do valor recuperável. O processo anual de avaliação envolve certo grau de julgamento e estimativa por parte da Administração, uma vez que é complexo e altamente crítico, e se baseia em premissas com alto grau de incerteza, notadamente as relacionadas com a projeção de receitas e custos, bem como as premissas para determinar as taxas de desconto, que são afetadas por condições de mercado ou micro e macroeconômicas. Por sua representatividade e pelos fatores anteriormente descritos, a realização de ágio na aquisição de investimentos é considerado relevante pelos usuários das demonstrações financeiras da Companhia e um assunto importante na auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- i. Entendimento dos controles internos da Companhia para a avaliação do risco de redução do ágio ao seu valor recuperável.
- ii. Envolvimento de especialistas para nos auxiliar na avaliação da metodologia usada pela Companhia e da razoabilidade da taxa de desconto.
- iii. Avaliação da adequação das premissas de receita e custos.
- iv. Avaliação da adequação das divulgações da Companhia sobre as premissas e sobre o resultado do teste de perda do valor recuperável do ágio.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste do valor recuperável do ágio na aquisição de investimentos preparado pela Administração da Companhia e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, incluindo nossos testes de sensibilidade, consideramos que as avaliações de valor recuperável do ágio preparadas pela Companhia, assim como as respectivas divulgações, são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

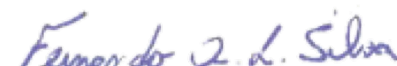
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2022


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Fernando Augusto Lopes Silva
Contador
CRC nº 1 SP 250631/O-7

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, PROCESSOS E TECNOLOGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
REFERENTE AOS PERÍODOS DE DOZE MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado	
ATIVOS	explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	explicativa	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	231.684	242.010	351.818	328.756	Fornecedores	13	56.219	62.595	113.004	121.523
Contas a receber	6	144.575	171.453	242.950	259.957	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	119.335	134.832	206.100	153.837
Transações com partes relacionadas	22	30.467	16.201	1.734	1.711	Passivo de arrendamento	15	29.749	30.227	37.408	37.893
Impostos a recuperar	8	43.723	51.980	78.598	78.231	Passivo de arrendamento (direitos de uso)	15	27.686	23.531	37.906	33.912
Despesas antecipadas	7	20.563	23.367	35.772	27.287	Impostos a recolher	17	34.131	65.802	69.317	98.289
Dividendos a receber	11	14.528	-	-	-	Salários e encargos sociais	18	99.808	106.915	133.956	138.483
Depósitos judiciais	16.1	10.633	15.930	10.633	15.930	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	21.b)	97.276	34.415	97.276	34.415
Outros créditos		18.414	23.512	24.990	30.591	Transações com partes relacionadas	22	1.061	645	1.030	645
Total dos ativos circulantes		514.587	544.453	746.495	742.463	Provisão para riscos e processos judiciais	16	35.947	35.510	36.604	36.420
						Demais contas a pagar	19	10.259	34.276	16.975	54.879
						Total dos passivos circulantes		511.471	528.748	749.576	710.296
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Despesas antecipadas	7	8.101	7.482	8.719	7.888	Fornecedores	13	26.446	97	34.149	4.001
Transações com partes relacionadas	22	10.052	-	-	-	Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	430.879	403.631	480.058	555.067
Outros créditos		-	-	506	274	Passivo de arrendamento	15	62.340	75.899	69.539	92.310
Depósitos judiciais e garantias	16.1	8.950	12.470	21.847	40.512	Passivo de arrendamento (direitos de uso)	15	51.741	58.890	93.959	105.218
Investimentos	11	535.429	379.182	8.650	-	Impostos a recolher	17	1.825	1.531	1.828	1.539
Imobilizado	12	365.362	402.402	545.401	614.087	Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	245.744	270.264	245.283	267.548
Intangível:						Transações com partes relacionadas	22	29.337	27.730	-	-
Ágio na aquisição de investimentos	9	1.314.075	1.313.725	1.777.203	1.641.777	Provisão para riscos e processos judiciais	16	45.857	61.458	92.037	103.579
Outros intangíveis	10	160.226	204.765	182.887	233.828	Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	21.b)	102.023	135.904	102.023	135.904
Total dos ativos não circulantes		2.402.195	2.320.026	2.545.213	2.538.366	Demais contas a pagar	19	155.122	30.479	169.259	35.519
						Total dos passivos não circulantes		1.151.314	1.065.883	1.288.135	1.300.685
						Total dos passivos		1.662.785	1.594.631	2.037.711	2.010.981
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	21.a)	1.106.214	1.106.214	1.106.214	1.106.214
						Ações em tesouraria		(20.079)	(20.079)	(20.079)	(20.079)
						Reservas de capital		11.877	11.877	11.877	11.877
						Reservas de lucros		123.423	121.767	123.423	121.767
						Transação com sócios		(5.174)	(5.174)	(5.174)	(5.174)
						Outros resultados abrangentes		37.736	55.243	37.736	55.243
						Total do patrimônio líquido		1.253.997	1.269.848	1.253.997	1.269.848
TOTAL DOS ATIVOS		2.916.782	2.864.479	3.291.708	3.280.829	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.916.782	2.864.479	3.291.708	3.280.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, PROCESSOS E TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro básico e diluído por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		Doze meses		Doze meses	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	23	1.143.258	1.368.876	1.700.191	1.787.868
Custo dos serviços prestados	25	(955.206)	(1.017.495)	(1.379.777)	(1.328.462)
LUCRO BRUTO		188.052	351.381	320.414	459.406
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas	25	(62.220)	(65.278)	(79.012)	(78.485)
Gerais e administrativas	25	(61.132)	(70.281)	(98.894)	(103.211)
Resultado de equivalência patrimonial	12 e 25	43.226	34.364	1.616	-
Outras receitas operacionais, líquidas	25	186	176	186	176
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		108.112	250.362	144.310	277.886
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	26	4.463	6.448	6.544	6.780
Despesas financeiras	26	(63.757)	(53.585)	(77.315)	(70.353)
Variação cambial líquida	26	737	(734)	898	(1.286)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		49.555	202.491	74.437	213.027
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20	(9.032)	(26.098)	(34.845)	(42.378)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	20	24.522	(13.747)	25.453	(8.003)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		65.045	162.646	65.045	162.646
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	29	0,71	1,77		
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO - R\$	29	0,70	1,74		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, PROCESSOS E TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses		Doze meses	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	65.045	162.646	65.045	162.646
COMPONENTES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS				
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados posteriormente no resultado:				
Ajuste de conversão de demonstrações financeiras de controladas no exterior	(13.722)	39.896	(13.722)	39.896
Variação cambial sobre saldos de partes relacionadas	(3.782)	(4.981)	(3.782)	(4.981)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>47.541</u>	<u>197.561</u>	<u>47.541</u>	<u>197.561</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, PROCESSOS E TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de capital		Reservas de lucros				Outros resultados abrangentes	Total
			Ágio por incorporação	Reserva de compra de ações liquidada com instrumentos de patrimônio	Legal	Retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Transações com sócios		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	1.106.214	(9.881)	3.263	8.614	35.697	29.598	-	(5.174)	20.328	1.188.659
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	162.646	-	-	162.646
Outros resultados abrangentes 21.d)	-	-	-	-	-	-	-	-	34.915	34.915
Juros sobre o capital próprio - 1º trimestre de 2020 21.b)	-	-	-	-	-	-	(15.718)	-	-	(15.718)
Juros sobre o capital próprio - 2º trimestre de 2020 21.b)	-	-	-	-	-	-	(15.950)	-	-	(15.950)
Juros sobre o capital próprio - 3º trimestre de 2020 21.b)	-	-	-	-	-	-	(15.710)	-	-	(15.710)
Juros sobre o capital próprio - 4º trimestre de 2020 21.b)	-	-	-	-	-	-	(20.167)	-	-	(20.167)
Recompra de ações 21.a)	-	(10.198)	-	-	-	-	-	-	-	(10.198)
Constituição de reserva legal 21.e)	-	-	-	-	8.132	-	(8.132)	-	-	-
Dividendos mínimos propostos 21.e)	-	-	-	-	-	-	(38.629)	-	-	(38.629)
Constituição de reserva de lucros 21.e)	-	-	-	-	-	48.340	(48.340)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.106.214	(20.079)	3.263	8.614	43.829	77.938	-	(5.174)	55.243	1.269.848
Lucro líquido do exercício 21.e)	-	-	-	-	-	-	65.045	-	-	65.045
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	(17.504)	(17.504)
Juros sobre o capital próprio - 1º trimestre de 2021 21.b)	-	-	-	-	-	-	(14.540)	-	-	(14.540)
Juros sobre o capital próprio - 2º trimestre de 2021 21.b)	-	-	-	-	-	-	(13.295)	-	-	(13.295)
Juros sobre o capital próprio - 3º trimestre de 2021 21.b)	-	-	-	-	-	-	(17.615)	-	-	(17.615)
Juros sobre o capital próprio - 4º trimestre de 2021 21.b)	-	-	-	-	-	(1.599)	(16.343)	-	-	(17.942)
Constituição de reserva legal 21.e)	-	-	-	-	3.252	-	(3.252)	-	-	-
Constituição de reserva de lucros 21.e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.106.214	(20.079)	3.263	8.614	47.081	76.339	-	(5.174)	37.739	1.253.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, PROCESSOS E TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do exercício		65.045	162.646	65.045	162.646
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	25	152.727	154.167	201.346	198.246
Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, líquidas de reversões	6	391	4.955	(919)	3.813
Custo residual de bens do ativo imobilizado e intangível baixados	10 e 12	15.966	2.037	16.641	2.031
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(24.522)	13.747	(25.453)	8.003
Provisão para riscos e processos judiciais, líquida de reversões	16	62.596	64.383	69.990	57.209
Juros sobre empréstimos e arrendamentos	14 e 15	40.752	33.495	50.909	48.714
Custo de financiamento reconhecido no resultado	14	2.374	4.212	2.374	4.268
Provisão de bônus e participação nos lucros e resultados		17.081	36.215	27.897	49.217
Plano de opção de ações	28	-	-	951	668
Variação cambial	11, 14, 15 e 22	791	89	(17.502)	568
Resultado de equivalência patrimonial	11	(43.226)	(34.364)	(1.616)	-
		<u>289.975</u>	<u>441.582</u>	<u>389.663</u>	<u>535.383</u>
Redução (aumento) nos saldos de ativos:					
Contas a receber	6	26.487	585	18.069	(17.380)
Contas a receber de partes relacionadas	21	(25.114)	686	(23)	1.199
Impostos a recuperar	8	8.257	(146)	(367)	(5.413)
Depósitos judiciais e garantias	16	8.039	(7.726)	23.184	(11.805)
Despesas antecipadas	7	2.185	1.922	(9.316)	(2.704)
Outros créditos		4.748	(4.187)	5.369	(7.851)
Aumento (redução) nos saldos de passivos:					
Fornecedores	13 e 30	19.973	(4.333)	21.629	20.981
Partes relacionadas	21	(1.759)	(716)	4.167	(774)
Salários e encargos sociais	18	(24.188)	(11.076)	(32.424)	(15.195)
Impostos a recolher	17	(26.125)	6.090	(22.023)	19.256
Demais contas a pagar	1 e 26	(142)	(11.643)	118.090	3.451
Passivo de arrendamento	10, 12 e 15	(21.301)	(18.031)	(26.827)	(22.649)
Pagamento de provisão para riscos	16	(76.982)	(49.874)	(76.982)	(55.694)
Recebimentos de dividendos StoneAge		8.100	16.857	-	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais, antes do pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>192.153</u>	<u>359.990</u>	<u>412.209</u>	<u>440.805</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		<u>(5.252)</u>	<u>(977)</u>	<u>(6.660)</u>	<u>(977)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>186.901</u>	<u>359.013</u>	<u>405.549</u>	<u>439.828</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Empréstimos para partes relacionadas	22	-	(870)	-	(870)
Pagamento da Aquisição de controladas	1	(23.693)	(3.037)	(23.693)	(2.952)
Aporte de capital em controlada	11	(1.696)	-	-	-
Pagamento de "earn-out"		(23.205)	(17.677)	(23.205)	(17.677)
Recebimento de mútuo	22	-	18.288	-	18.288
Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	10 e 12	(37.020)	(80.187)	(52.320)	(99.140)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		<u>(85.614)</u>	<u>(83.483)</u>	<u>(99.218)</u>	<u>(102.351)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Recompra de ações		-	(10.198)	-	(10.198)
Pagamento de mútuo com partes relacionadas	22	-	(23.092)	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	21.b e 31	(34.415)	-	(34.415)	-
Captação de empréstimos e debêntures	14	247.893	254.387	263.646	407.775
Pagamento de empréstimos e debêntures	14	(239.579)	(245.302)	(274.370)	(429.073)
Pagamento de "Leasing"	15	(53.107)	(83.543)	(70.306)	(98.260)
Pagamento de juros sobre "Leasing"	15	(5.740)	(10.891)	(7.296)	(12.259)
Pagamento de juros sobre empréstimos e debêntures	14	(26.665)	(29.530)	(32.068)	(40.422)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		<u>(111.613)</u>	<u>(148.169)</u>	<u>(154.809)</u>	<u>(182.437)</u>
Efeito da variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa		-	-	(128.460)	11.211
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(10.326)</u>	<u>127.361</u>	<u>23.062</u>	<u>166.251</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		242.010	114.649	328.756	162.505
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		231.684	242.010	351.818	328.756
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>(10.326)</u>	<u>127.361</u>	<u>23.062</u>	<u>166.251</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS, PROCESSOS E TECNOLOGIA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
RECEITAS				
Vendas de serviços, líquidas de cancelamentos e abatimentos	1.318.431	1.583.641	1.890.087	2.006.054
Outras receitas	266	34	300	34
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(391)	(4.955)	919	(3.813)
	1.318.306	1.578.720	1.891.306	2.002.275
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(311.938)	(354.531)	(522.327)	(484.490)
VALOR ADICIONADO BRUTO	1.006.368	1.224.189	1.368.979	1.517.785
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO				
Depreciações e amortizações	(152.727)	(154.167)	(201.346)	(198.246)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	853.641	1.070.022	1.167.633	1.319.539
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de equivalência patrimonial	43.226	34.364	1.616	-
Receitas financeiras	7.195	10.801	13.873	22.576
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	904.062	1.115.187	1.183.122	1.342.115
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Pessoal	605.373	628.552	811.160	803.563
Remuneração direta	499.223	512.056	644.532	632.271
Benefícios	65.271	75.144	114.927	120.614
FGTS	40.879	41.352	51.701	50.678
Impostos, taxas e contribuições:	163.879	264.387	206.130	282.115
Federais	125.255	219.345	162.796	231.789
Estaduais	169	23	169	23
Municipais	38.455	45.019	43.165	50.303
Remuneração de capital de terceiros:	69.764	59.602	100.787	93.791
Juros	65.752	58.672	83.746	87.435
Aluguéis	4.012	930	17.041	6.356
Remuneração de capital próprio	65.045	162.646	65.045	162.646
Dividendos	-	38.629	-	38.629
Juros sobre capital próprio	61.793	67.545	61.793	67.545
Lucros retidos do exercício	3.252	56.472	3.252	56.472
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	904.061	1.115.187	1.183.122	1.342.115
	(1)	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIVIT TERCEIRIZAÇÃO DE PROCESSOS, SERVIÇOS E TECNOLOGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Tivit Terceirização de Processos, Serviços e Tecnologia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 2 de março de 2006, com sede na Rua Bento Branco de Andrade Filho, 621, cidade e estado de São Paulo. Seu controlador e “holding” é o APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. A Companhia tem como principais objetivos: (a) a prestação de serviços de tecnologia de informação, envolvendo: serviços de armazenamento de dados; serviços de desenvolvimento e licenciamento de software; serviços de assessoria e consultoria em informática; serviços de suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação, softwares e banco de dados; serviços de manutenção de máquinas e equipamentos; serviços de processamento de dados em geral e congêneres; e ensino e treinamento em serviços e informática; (b) a prestação de serviços contendo soluções digitais que compreendem Internet das Coisas (“IoT”), coleta, organização, agrupamento e análise de dados em tempo real (Business Analytics), implementação e soluções de inteligência artificial, soluções de monitoração de negócios por meio da automatização, gerenciamento, controle e segurança em plataforma de integração de negócios, soluções de “Cybersecurity” por meio da gestão de segurança da informação, riscos, continuidade de negócios, e processos operacionais voltados para a segurança dos ambientes de produção, serviços de gestão e monitoração de redes de distribuição elétricas (“Smart Grid”); (c) implantação, operação e gestão de processamento em nuvem por meio de plataformas privadas, públicas ou híbridas além da gestão e apoio ao cliente na escolha e acompanhamento das suas plataformas de nuvem; (d) a prestação de serviços de consultoria em sistemas de gestão documental; (e) a execução de serviços de digitação, digitalização e impressão de imagens na área de informática; (f) a prestação de serviços de triagem, organização, custódia e guarda de documentos de terceiros; (g) a prestação de serviços de agenciamento e intermediação de negócios; (h) a prestação de serviços de gestão de processos de negócios; e (i) a participação em outras Companhias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.

Dependência de tecnologia de terceiros

Para a prestação de seus serviços, a Companhia utiliza, em parte, tecnologia licenciada de software de terceiros, de forma não exclusiva. Como resultado de sua estratégia de utilização destas soluções de outras empresas para o desenvolvimento de produtos e serviços, a Companhia poderá tornar-se mais ou menos dependente da tecnologia fornecida por terceiros.

Combinação de negócios

“Privally”

Em 30 de novembro de 2020, a Companhia celebrou o Termo de Fechamento do Contrato (“Termo de Fechamento”), concluindo a aquisição de 100% das quotas da startup Privally Global Tecnologia Ltda. (“Privally”), especializada em soluções de gerenciamento de segurança e privacidade focada em Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”).

Esse investimento teve o intuito de crescimento na plataforma de segurança cibernética, proteção de dados e direito digital, onde é possível automatizar, monitorar e gerenciar processos em adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (“LGPD”) e Regulamentação Geral sobre a proteção de dados (“GDPR”), visando a prestação de novos serviços e a ampliação dos serviços já oferecidos aos clientes.

Os ativos e passivos reconhecidos na aquisição, a valores contábeis, foram:

	<u>Ativos e passivos</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	85
Contas a receber	112
Impostos a recuperar	1
Outros ativos	53
Ativos não circulantes:	
Intangíveis	3.351
Passivos circulantes:	
Fornecedores	(53)
Impostos a recolher	(156)
Obrigações sociais e trabalhistas	(127)
Passivos não circulantes:	
Provisão para riscos e processos judiciais	(2.855)
Acervo líquido adquirido	411
<u>Ágio gerado na aquisição</u>	
Contrapartida transferida (i)	38.790
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	
Ativos intangíveis (ii)	(3.351)
(+) Valor justo dos passivos assumidos:	
Provisão para riscos e processos judiciais (iii)	2.855
(-) Patrimônio líquido contábil	85
Ágio gerado na aquisição (iv)	<u>38.379</u>

(i) Refere-se à contrapartida estabelecida em contrato que será paga mediante cumprimento das cláusulas de pagamento variável previstas em contrato. O valor foi registrado à rubrica “Demais contas pagar”, sendo que até 31 de dezembro de 2021 foram pagos R\$3.037.

(ii) A tabela a seguir demonstra os ativos intangíveis adquiridos que não estavam registrados inicialmente nos livros contábeis da Privally, bem como a vida útil estimada e o método de amortização:

	<u>Valor</u>	<u>Vida útil</u>	<u>Método de amortização</u>
Software	3.351	8 anos	Linear

- (iii) Os passivos contingentes descritos foram calculados de acordo com a melhor estimativa elaborada pelos advogados responsáveis por cada processo, considerando para tal as classificações de risco de perda provável, possível e remota.
- (iv) Foi gerado ágio na aquisição da Privally no valor de R\$38.379, que é atribuível à expectativa de rentabilidade futura oriunda das economias de escala esperadas pelas sinergias na combinação das operações da Companhia e da nova controlada.

“Devapi”

Em 22 de abril de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de participação societária, concluindo a aquisição de 100% das quotas da Startup Devapi Tecnologia Ltda. (“Devapi”), empresa responsável pela criação de uma plataforma de integração de sistemas e dados

Com essa aquisição, a Companhia passa a contar com uma plataforma de IPaaS (“Integration Platform as a Service”) ou plataforma de integração de sistema como serviço, na qual é possível lidar com diversos aplicativos, além de sistemas e APIs, e gerenciá-los de uma forma centralizada e intuitiva, visando a prestação de novos serviços e a ampliação dos serviços já oferecidos aos clientes.

Os ativos e passivos reconhecidos na aquisição, em seus valores contábeis, foram os seguintes:

	<u>Ativos e passivos</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	63
Contas a receber	37
Ativos não circulantes:	
Imobilizado	3
Intangível	1.335
Passivos circulantes:	
Fornecedores	(11)
Empréstimos	(34)
Impostos a recolher	(11)
Obrigações sociais e trabalhistas	(83)
Passivos não circulantes:	
Empréstimos	(14)
Provisão para riscos e processos judiciais	(494)
Acervo líquido adquirido	791
<u>Ágio gerado na aquisição</u>	
Contrapartida transferida (i)	40.059
(-) Valor justo dos ativos adquiridos:	
Ativos intangíveis (ii)	(1.335)

(+) Valor justo dos passivos assumidos:
Provisão para riscos e processos judiciais (iii) 494

(-) Patrimônio líquido contábil 50

Ágio gerado na aquisição (iv) 39.268

(i) Refere-se à contrapartida estabelecida em contrato que será paga mediante cumprimento das cláusulas de pagamento variável previstas em contrato. O valor foi registrado à rubrica “Demais contas pagar”, sendo que até 31 de dezembro de 2021 foram pagos R\$936.

(ii) A tabela a seguir demonstra os ativos intangíveis adquiridos que não estavam registrados inicialmente nos livros contábeis da Devapi, bem como a vida útil estimada e o método de amortização:

	Valor	Vida útil	Método de amortização
Software	1.335	8 anos	Linear

(iii) Os passivos contingentes descritos foram calculados de acordo com a melhor estimativa elaborada pelos advogados responsáveis por cada processo, considerando para tal as classificações de risco de perda provável, possível e remota.

(iv) Foi gerado ágio na aquisição da Devapi no valor de R\$39.268, que é atribuível à expectativa de rentabilidade futura oriunda das economias de escala esperadas pelas sinergias na combinação das operações da Companhia e da nova controlada.

“Lambda3”

Em 06 de julho de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de participação societária, concluindo a aquisição de 100% das quotas da empresa Lambda3 Informática Ltda., (“Lambda3”), empresa que presta serviços de soluções customizadas de software (aplicativos e programas para web, mobile e desktop), arquitetura de sistemas e modelagem de dados, criação de produtos digitais (planejamento e configuração de serviços de nuvem).

Os ativos e passivos reconhecidos na aquisição, em seus valores contábeis, foram os seguintes:

	Ativos e passivos
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	1.417
Contas a receber	876
Impostos a recuperar	71
Despesas antecipadas	37
Outros créditos	1.607
Ativos não circulantes:	
Imobilizado	757
Intangível	608

Passivos circulantes:	
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.271)
Outros créditos	(566)
Impostos a recolher	(52)
Passivos não circulantes:	
Provisão para riscos e processos judiciais	(19.544)
Acervo líquido adquirido	(16.060)
Valor estimado da contraprestação	(51.262)
Ágio	67.322

Tivit Comercializadora de Energia Ltda.

Em 3 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu 100% de participação da empresa SPS Comercializadora de Energia Ltda., passando a ser conhecida como Tivit Comercializadora de Energia Ltda. (“Comercializadora”). O preço base de aquisição foi de R\$350. Com esse investimento a Companhia se torna a primeira no ramo de tecnologia no Brasil, a usar energia limpa. Essa iniciativa busca reduzir o impacto de suas operações à natureza e impactar positivamente nossos colaboradores, fornecedores e as empresas com as quais mantemos relações. Como apoio nessa iniciativa, em 27 de setembro de 2021, a Companhia adquiriu também 19% de participação da empresa Ventos de São Mizaél Holding SAS. O preço base de aquisição base foi de R\$7.034.

“Sensr.IT”

Em 17 de novembro de 2021, a Companhia assinou o contrato de compra e venda de participação societária, concluindo a aquisição de 100% das quotas da Startup Sensr.IT Information Technology LTda. (“Sensr.IT”), empresa responsável por uma plataforma SaaS de gerenciamento integrado dos serviços e governança de TI.

Com essa aquisição, a Companhia passa a oferecer soluções de gestão e governança em TI no conceito *all-in-one*, tem como principal diferencial apoiar a Transformação Digital, ao tornar o ambiente de tecnologia mais estratégico e integrar todo o ambiente de suporte aos processos de negócio. Contemplando a gestão de contratos e fornecedores, de disponibilidade, demandas, riscos e *compliance*, projetos ágeis, tarefas e o CIO *Cockpit*, que traz ferramentas de planejamento estratégico, KPIs e OKR gamificado. Visando atender as necessidades específicas dos clientes, gerando maior agilidade na tomada de decisão, aumento de maturidade, automação e mitigação de riscos.

Os ativos e passivos reconhecidos na aquisição, em seus valores contábeis, foram os seguintes:

	<u>Ativos e passivos</u>
Ativos circulantes:	
Caixa e equivalentes de caixa	359
Contas a receber	46
Impostos à Recuperar	2
Despesa Antecipada	45

	<u>Ativos e passivos</u>
Passivos circulantes:	
Fornecedores	(249)
Impostos a recolher	(19)
Salários à Pagar	(37)
Passivos não circulantes:	
Provisão para riscos e processos judiciais	(908)
Acervo líquido adquirido	(761)
Valor estimado da contraprestação	32.220
Ágio	32.981

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”) emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações s financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas é determinado nessa base. Operações de arrendamento que estão inseridas no escopo da IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil (equivalente ao CPC 06 (R2)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo, como valor em uso, estão inseridas no escopo da IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (equivalente ao CPC 01 (R1)).

A preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, requer que a Administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das políticas e os montantes divulgados de ativos e passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas associadas baseiam-se na experiência e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

2.3. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia:

- Tem poder sobre a investida.
- Está exposta ou tem direitos a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.
- Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados anteriormente.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Companhia perde o controle sobre a controlada. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a controlada.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações financeiras encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis da Companhia.

Quando necessário, são feitos ajustes contábeis às demonstrações financeiras das controladas para adequar suas práticas contábeis às usadas pela Companhia.

Todos os saldos e transações de contas a receber e a pagar, bem como os investimentos na proporção da participação da investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das controladas e os resultados não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de operações entre as empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, são eliminados integralmente.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

As seguintes empresas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Empresa	País	Tipo de controle	Participação no capital social - %	
			31/12/2021	31/12/2020
Tivit USA LLC	USA	Direto	100,00	100,00
Tivit One Cloud	Brasil	Direto	100,00	100,00
Tivit Colômbia Terceirizacion de Procesos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Direto	0,03	0,03
Tivit Argentina S.R.L.	Argentina	Direto	10,78	10,78
Tivit Chile Terceirizacion de Procesos, Servicios y Tecnologia SpA	Chile	Direto	100,00	100,00
Tivit México Terceirizacion de Procesos Servicios y Tecnologia	México	Direto	99,95	99,95
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sociedad Anonima	Paraguai	Direto	100,00	100,00
Tivit Terceirização de Serviços, Processos e Tecnologia Sucursal Bolívia	Bolívia	Direto	100,00	100,00
STA Soluções em Tecnologia de Informática Ltda.	Brasil	Direto	100,00	100,00
Privally Global Tecnologia Ltda. (*)	Brasil	Direto	100,00	100,00
Devapi Tecnologia Ltda. (**)	Brasil	Direto	100,00	-
Lambda3 Informática Ltda (***)	Brasil	Direto	100,00	-
Tivit Comercializadora de Energia Ltda (****)	Brasil	Direto	100,00	-
Sensr.IT Information Technology Ltda (*****)	Brasil	Direto	100,00	-
<u>Controladas indiretas por meio da Tivit Chile</u>				
Terceirizacion de Procesos, Servicios y Tecnologia SpA				
Tivit Perú Terceirización de Procesos, Servicios Y Tecnologia S.A.C.	Peru	Indireto	100,00	100,00
Tivit Colombia Terceirizacion de Procesos, Servicios y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	99,94	99,94
Tivit Argentina S.R.L.	Argentina	Indireto	89,22	89,22
Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	99,00	99,00
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Cia. Ltda.	Ecuador	Indireto	1,00	1,00
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	75,00	75,00
Consortio Synapsis S.A.	Colômbia	Indireto	50,00	50,00
<u>Controladas indiretas através da Tivit Colombia Terceirizacion de Procesos, Servicios y Tecnologia S.A.S</u>				
Tivit México Terceirizacion de Procesos Servicios y Tecnologia	México	Indireto	0,05	0,05
Tivit Colombia Dc Terceirizacion De Procesos, Servicios Y Tecnologia S.A.S.	Colômbia	Indireto	100,00	100,00
Tivit Colombia Terceirizacion de Procesos, Servicios y Tecnologia S.A.S	Colômbia	Indireto	0,03	0,03
Synapsis Panamá S.A.	Panamá	Indireto	25,00	25,00
Consortio Synapsis S.A.	Colômbia	Indireto	50,00	50,00
<u>Controladas indiretas através da Tivit Perú Terceirización de Procesos, Servicios Y Tecnologia S.A.C.</u>				
Tivit Ecuador Terceirização de Processos, Serviços Cia. Ltda.	Ecuador	Indireto	99,00	99,00
<u>Controladas indiretas através da Tivit Argentina SRL</u>				
Asesorías y Ventas AQB Argentina S.A.	Argentina	Indireto	1,00	1,00

(*) Empresa adquirida em novembro de 2020, conforme nota explicativa nº 1.

(**) Empresa adquirida em abril de 2021, conforme nota explicativa nº 1.

(***) Empresa adquirida em julho de 2021, conforme nota explicativa nº 1.

(****) Empresa adquirida em setembro de 2021, conforme nota explicativa nº 1.

(*****) Empresa adquirida em novembro de 2021, conforme nota explicativa nº 1.

2.4. Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um negócio para os quais demonstrações financeiras separadas estão disponíveis, não limitadas às receitas, e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. A Companhia organiza-se em um único segmento operacional, de serviços de tecnologia.

2.5. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos/adquiridos e dos passivos incorridos/assumidos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida, se houver, sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Quando uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada a valor justo na data da aquisição e incluída na contraprestação transferida na combinação de negócios. As variações no valor justo da contraprestação contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes ao ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o período máximo de um ano, relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período em que essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição, os quais, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da interpretação técnica ICPC 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. As contraprestações transferidas e o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

2.6. Moeda funcional e moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais de cada controlada da Companhia são elaboradas com base na moeda funcional de cada uma dessas empresas, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual cada uma opera.

As moedas funcionais de cada controlada direta ou indireta é a respectiva moeda em cada um dos países, com exceção da Tivit USA, para a qual a moeda funcional é o real (R\$), por se tratar de uma extensão das operações e atividades da Companhia brasileira.

Para fins de apresentação destas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das operações da Companhia no exterior são convertidos para reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido (e atribuídas às participações não controladoras, conforme apropriado).

Quando há baixa de uma operação no exterior (exemplos: baixa integral da participação em uma operação no exterior, perda de controle sobre uma empresa investida que possui operações no exterior ou baixa parcial de um investimento em controlada em conjunto ou coligada que possui operação no exterior no qual a participação retida se torna um ativo financeiro), todo o montante da variação cambial acumulada referente a essa operação registrada no patrimônio líquido da Companhia é reclassificado para o resultado do exercício.

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa da Companhia, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são novamente convertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variação cambial de itens denominados em moedas diferentes da respectiva moeda funcional de cada uma das empresas, são reconhecidos no resultado, conforme sua ocorrência.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Consistem principalmente em caixa, saldo em bancos e aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas. Estão demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com vencimentos inferiores a 90 dias (ou sem prazos fixos para resgate) e liquidez imediata, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo e seus rendimentos são registrados no resultado.

2.8. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro.

Sua mensuração subsequente ocorre de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurado ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado e (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

2.9. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratadas pela Companhia e por suas controladas, resumem-se em “swaps”, que visam exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial. Estes instrumentos financeiros derivativos estão sendo apresentados líquidos com o seu passivo financeiro, uma vez que a Companhia possui um direito legal e possui a intenção de realizar este instrumento financeiro derivativo simultaneamente com seu passivo.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado pela tesouraria da Companhia com base nas informações de cada operação contratada e nas respectivas informações de mercado nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, tais como taxas de juros e câmbio. Nos casos aplicáveis, tais informações são comparadas com as posições informadas pelas mesas de operação de cada instituição financeira envolvida.

2.10. Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”)

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. A provisão para perdas de crédito esperadas (“PCE”) é constituída com base em análise dos valores a receber, considerando a perda esperada. A PCE foi constituída em montante considerado pela Administração suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de realização.

2.11. Ativos intangíveis

a) Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é reconhecido como um ativo na data em que o controle é adquirido, ou seja, na data de aquisição. O ágio é mensurado pelo excedente da soma das contrapartidas transferidas, pelo montante da participação não controladora e pelo valor justo das participações mantidas anteriormente na adquirida, se houver, em relação ao valor justo dos ativos identificáveis adquiridos líquidos dos passivos assumidos, na data da aquisição.

O ágio não é amortizado; entretanto, sua recuperação é revisada anualmente. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (teste de “impairment”), o ágio foi alocado para a Companhia como um todo por este representar o menor nível dentro da Companhia no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais internos. Portanto, o ágio é submetido anualmente a testes de redução ao valor recuperável ou, com maior frequência, quando houver indicação de que poderão apresentar indicadores de perda no valor recuperável de seus ativos. Se o valor recuperável do ágio for menor que o seu valor contábil, a perda por redução ao valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil desse ágio. Uma perda por redução ao valor recuperável reconhecida sobre um ágio não é revertida em período posterior.

Os ágios gerados na aquisição de investimentos são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existem fluxos de caixa identificáveis (UGC). No caso da Companhia, essa segregação é feita por país.

b) Outros intangíveis

Software

Registrados pelo custo de aquisição e amortizados durante o prazo da licença (cinco anos).

Direitos de prestação de serviços a clientes

Apresentados pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações, calculadas com base na rentabilidade futura de cada operação, suportada por laudos de avaliação econômica preparados por empresa especializada.

Os contratos de prestação de serviços de processamento de dados, com prazos que variam de cinco a dez anos, são reconhecidos inicialmente pelo custo total e amortizados de forma linear, pelo prazo do contrato.

Carteira de clientes

Apresentados de acordo com a alocação do preço pago à carteira de clientes em combinação de negócios. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 8 a 17 anos, conforme laudos de avaliação econômico-financeira.

Marcas e patentes

Apresentados de acordo com a alocação do preço pago à marcas e patentes em combinação de negócios.

2.12. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme segue:

	Anos
Edifícios	50
Instalações	15 a 20
Móveis e utensílios	12
Benfeitorias em propriedades de terceiros	8
Máquinas e equipamentos	5 a 25
Computadores e periféricos	4 a 8
Veículos	5
Direito de uso - edificações	6

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, anualmente. O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da Unidade Geradora de Caixa - UGCs à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às UGCs individuais ou ao menor grupo de UGC para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida ou ainda não disponíveis para uso, são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável pelo menos uma vez ao ano, e sempre que houver qualquer indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou UGC) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou UGC) é reduzido ao valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou UGC) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou UGC) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14. Arrendamentos

São classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos são classificados como operacionais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento financeiro são inicialmente reconhecidos como ativos da Companhia pelo seu valor justo no início do arrendamento ou, se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo do arrendamento. O passivo correspondente ao arrendador é apresentado no balanço patrimonial como uma obrigação com arrendamento financeiro.

Os pagamentos referentes ao arrendamento financeiro são distribuídos entre os encargos financeiros e a redução da obrigação, a fim de atingir uma taxa de juros constante em relação ao saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos diretamente no resultado, a menos que possam ser diretamente atribuídos aos ativos qualificados, caso em que são capitalizados.

2.15. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação, nos casos aplicáveis. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos, juros e variações monetárias e cambiais conforme previsto contratualmente, incorridos até a data do balanço, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.

Os juros pagos são classificados como fluxos de caixa de financiamento, porque na avaliação da Administração são custos de obtenção de recursos financeiros ou retornos sobre investimentos.

2.16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado, exceto quando estão relacionados a itens registrados diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, caso em que também são reconhecidos diretamente em “Outros resultados abrangentes” ou no patrimônio líquido, ou quando eles são originados na contabilização inicial de uma combinação de negócios. No caso de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social baseia-se no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo o saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresente lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera ser recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensação e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

2.17. Reconhecimento de receita

2.17.1. Prestação de serviços

Compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de impostos, quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares. As receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca de transferência dos serviços para o cliente.

As receitas são reconhecidas conforme os seguintes critérios:

- Receitas relacionadas ao gerenciamento e direito de uso de infraestrutura, baseada em ambientes tradicionais dedicados em data centers da Companhia, em nuvem fornecida pela Companhia ou em nuvem de terceiros e respectivos serviços de conectividade e de equipes de suporte localizadas internamente ou nos clientes são reconhecidas no resultado mensalmente conforme os serviços são prestados, iniciando-se na data em que os serviços são disponibilizados ao cliente e todos os outros critérios de reconhecimento de receita são atendidos.
- Serviços de licenciamento de software por tempo determinado e de software como serviço (SaaS) têm suas receitas reconhecidas ao longo do tempo pela disponibilidade do serviço e em linha com a vigência dos contratos firmados com os clientes.

2.17.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

As receitas financeiras representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras e depósitos judiciais.

2.18. Programa de compra de ações

O programa de compra de ações da Companhia para empregados e administradores é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desse plano estão descritos na nota explicativa nº 28.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado como despesa operacional com um correspondente aumento no patrimônio líquido, quando a liquidação do plano é feita através de instrumentos patrimoniais, ou passivo, quando a liquidação do plano é feita em dinheiro, durante o período que os participantes adquirem incondicionalmente o direito às opções. No fim de cada exercício, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que será adquirida. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste ao patrimônio líquido ou passivo, nas rubricas “Reserva de compra de ações liquidadas com instrumentos de patrimônio” ou “Demais contas a pagar” no passivo não circulante, respectivamente. Em caso de instrumentos passivos, o valor justo também é remensurado a cada data de reporte e, se necessário, efetuando o ajuste do mesmo em contrapartida ao resultado do exercício.

2.19. Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital social reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da consideração paga, o qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquidos de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido total. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento do patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação são apresentadas como reservas de capital.

2.20. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

2.21. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos no resultado corrente como requerido ou permitido pelos pronunciamentos e pelas interpretações e orientações emitidos pelo CPC e as IFRS. No caso da Companhia, esses itens poderão ser revertidos para ao resultado quando da liquidação das operações ou pela alienação das investidas.

2.22. Reserva legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

2.23. Reservas de capital

Representam substancialmente os custos com o plano de opção de ações e ágio por incorporação.

2.24. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros tem como objetivo principal o financiamento de futuros projetos de investimento da Companhia.

2.25. Dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia, que estiver contemplada na parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, é registrada como passivo na rubrica “Dividendos a pagar”, conforme nota explicativa nº 20.

2.26. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja classificação de perda seja provável. Para a classificação de perda possível, a Administração da Companhia faz a divulgação dos principais processos e provisiona valores estimados de custas processuais e honorários advocatícios, com base no histórico incorrido e bases contratuais, quando aplicável, negociadas com os seus assessores jurídicos, pois é provável os desembolsos futuros de recursos.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

2.27. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado considerando-se o lucro líquido atribuível aos acionistas controladores e a quantidade média ponderada de ações em circulação, considerando os efeitos de todas as ações potenciais diluidoras. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

2.28. Demonstrações do valor adicionado (“DVA”)

Essas demonstrações têm por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.29. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nº 641, de 5 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico IAS 7/CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.30. Novas normas, alterações e interpretações dos pronunciamentos contábeis de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2021

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos a seguir, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021.

Não houve emissão de novas normas aplicáveis a Companhia neste período.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Classificação de instrumentos financeiros (nota explicativa nº 4.5).

Estimativas e premissas

A Companhia revisa as estimativas e premissas de forma contínua, entretanto os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas significativas são como segue:

- Provisão para riscos e processos judiciais

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representam perdas prováveis e que possam ser estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda baseia-se na avaliação dos advogados externos e inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico. A Administração acredita que a provisão para riscos e processos judiciais está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

- Avaliação de instrumentos financeiros

São utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 4.5 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

- Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

São registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados até o limite de 30% do lucro tributável anual.

- Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- (i) Ativos financeiros

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável, que pode ocorrer após o reconhecimento inicial desse ativo e que tenha um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

A Companhia avalia evidência de perda de valor para recebíveis, tanto no nível individualizado, como no nível coletivo, para todos os títulos significativos. Recebíveis e investimentos que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estarão sujeitos às disposições sobre redução ao valor recuperável (“impairment”) contidas na IFRS 9/CPC 48.

- (ii) Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros com vida útil indefinida são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

O ágio integrante do valor contábil de um investimento em uma controlada, por não ser reconhecido individualmente, é testado em conjunto com o valor total do investimento, como se fosse um ativo único.

O ativo imobilizado e o intangível são submetidos ao teste de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

- Cálculo da provisão para perdas de crédito esperadas com recebíveis

Ao mensurar a perda de crédito esperadas “PCE”, a Companhia usa informações sobre o futuro consideradas pela administração como razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A perda por inadimplência é estimada com base na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor esperaria receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PCE. Esta probabilidade é uma estimativa da inadimplência durante um período comparativo de um ano, sendo esse o ano anterior a provisão cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras.

- Aquisições de controladas

A Companhia efetua análises nas datas das combinações de negócios dos ativos e passivos identificáveis, nos termos da IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e identifica os itens em que considera necessária a contratação de especialistas externos independentes, os quais são contratados para apoio na avaliação do valor justo desses referidos itens.

- Vida útil de ativos imobilizados e intangíveis

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações e amortizações. A depreciações e amortizações são calculadas pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito nas notas explicativas nº 2.11 e nº 2.12.

A revisão da vida útil é feita anualmente. Não houve alterações relevantes nas depreciações e amortizações registradas, bem como não foi identificada necessidade de alteração na vida útil utilizada nos períodos apresentados.

- Contratos de opção de compra de ações

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. No caso de transações baseadas em ações liquidadas financeiramente, o passivo precisa ser remensurado ao fim de cada período de reporte até a data de liquidação, reconhecendo-se no resultado eventuais variações no valor justo, o que exige reavaliação das estimativas utilizadas ao final de cada exercício. A Companhia adota o modelo Binomial de precificação de opções de compra de ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 28, ao qual segue as premissas do modelo Black, Scholes e Merton.

- Mensurações do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. A Administração determina as técnicas de avaliação e as informações adequadas às mensurações do valor justo. Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

As atividades da Companhia implicam em exposição a diversos riscos financeiros. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela área de Tesouraria Central da Companhia, segundo as alçadas aprovadas pelo Conselho de Administração. A área de Tesouraria identifica, avalia e procura proteger a Companhia de eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimentos de excedentes de caixa.

4.1. Risco de mercado

a) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros

A Companhia não possui ativos significativos sobre os quais existem riscos de fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros.

O risco da taxa de juros decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos captados às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos captados às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à redução nas taxas de juros de mercado.

b) Risco de moeda estrangeira

A Companhia incorre em risco cambial sobre determinados empréstimos e investimentos denominados em moeda estrangeira.

4.2. Gestão do risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios a outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos detalhados na nota explicativa nº 14, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa, demonstrados na nota explicativa nº 5, bem como pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados).

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão assim sumariados:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Dívida (i)	(793.105)	(839.107)
Caixa e equivalentes de caixa	351.818	328.756
Dívida líquida	(441.287)	(510.351)
Patrimônio líquido	1.253.997	1.269.848
Índice de endividamento líquido	35,2%	40,2%

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, arrendamentos contratados com instituições financeiras e debêntures circulantes e não circulantes.

4.3. Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber corresponde aos saldos contábeis líquidos apresentados nas notas explicativas nº 5 e nº 6, respectivamente. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha, que apresentam ratings AAA, baseado na agência de rating Fitch Ratings.

Os dez principais clientes representam 34,58% da receita líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (43,7% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas e os limites individuais de posição, são procedimentos adotados para minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

4.4. Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo reservas adequadas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue necessário, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros derivativos e não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações, além de incluir os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no fim do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Controladora	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Vencidos	Total
Empréstimos e financiamentos	117.174	471.781	-	588.955
Debêntures	31.022	-	-	31.022
Arrendamento mercantil financeiro e arrendamento direito de uso	68.311	176.864	-	245.175
Fornecedores	57.402	25.208	55	82.665
Total	<u>299.052</u>	<u>648.710</u>	<u>55</u>	<u>947.817</u>

Consolidado	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Vencidos	Total
Empréstimos e financiamentos	203.923	520.950	-	724.873
Debêntures	31.022	-	-	31.022
Arrendamento mercantil financeiro e arrendamento direito de uso	87.122	230.133	-	317.255
Fornecedores	103.269	32.911	10.973	147.153
Total	<u>419.809</u>	<u>751.481</u>	<u>49.011</u>	<u>1.220.303</u>

4.5. Instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, mensurados ao custo amortizado são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos judiciais, fornecedores, dividendos e outras contas a pagar.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, representam o caixa em poder da Companhia e os depósitos bancários. Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	12.449	13.567	99.392	94.184
CDBs e debêntures compromissadas (*)	219.235	228.443	252.426	234.572
Total	<u>231.684</u>	<u>242.010</u>	<u>351.818</u>	<u>328.756</u>

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Caixa e bancos</u>				
Brasil	12.449	13.567	14.424	14.892
USA	-	-	119	131
Chile	-	-	14.555	12.878
Colômbia	-	-	26.456	17.427
Argentina	-	-	2.718	14.296
Peru	-	-	9.796	6.061
Panamá	-	-	12.758	17.884
Equador	-	-	4.297	1.132
México	-	-	9.597	7.084
Bolívia	-	-	55	199
Paraguai	-	-	4.617	2.200
	<u>12.449</u>	<u>13.567</u>	<u>99.392</u>	<u>94.184</u>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>CDBs e outros</u>				
Brasil (*)	219.235	228.443	219.235	228.443
Argentina		-	13.471	3.763
StoneAge		-	6.725	2.366
One Cloud		-	7.787	-
Devapi		-	74	-
Lambda3		-	3.886	-
Comercializadora		-	1.054	-
Sensr.IT		-	194	-
	<u>219.235</u>	<u>228.443</u>	<u>252.426</u>	<u>234.572</u>
Total	<u>231.684</u>	<u>242.010</u>	<u>351.818</u>	<u>328.756</u>

(*) As aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs e debêntures compromissadas são remuneradas por uma taxa média de 100% em 31 de dezembro de 2021 (100% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As aplicações possuem liquidez imediata, por força de compromissos de recompra, e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

a) Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Contas a receber faturadas	116.869	145.762	194.002	219.006
Contas a receber a faturar	43.438	41.086	67.404	60.523
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	<u>(15.732)</u>	<u>(15.395)</u>	<u>(18.456)</u>	<u>(19.572)</u>
Total	<u>144.575</u>	<u>171.453</u>	<u>242.950</u>	<u>259.957</u>

O prazo médio de recebimentos consolidado é de 49 dias no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (48 dias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020). Sobre as contas a receber em atraso são cobradas, a partir da data de vencimento, 2% de multa e juros de 1% ao mês sobre o saldo.

b) Contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	89.120	110.005	151.523	167.539
Vencidas:				
Até 30 dias	6.310	13.718	10.840	20.034
De 31 a 60 dias	1.885	1.822	3.824	2.801
De 61 a 90 dias	1.843	647	2.190	993
De 91 a 180 dias	1.517	4.175	6.707	8.067
Acima de 180 dias	16.194	15.395	18.918	19.572
Total	116.869	145.762	194.002	219.006

- c) As provisões para perdas foram mensuradas considerando a abordagem simplificada do modelo prospectivo de perdas esperadas. e foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito calculada a partir da análise histórica de perdas.

A movimentação dessa provisão está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(10.845)	(14.885)
Adições	(9.037)	(13.364)
Baixas por perda efetiva	405	405
Reversões por recuperação (*)	4.082	9.550
Ajuste de conversão	-	(1.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(15.395)	(19.572)
Adições	(2.374)	(2.573)
Baixas por perda efetiva	54	54
Reversões por recuperação (*)	1.983	3.492
Ajuste de conversão	-	143
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(15.732)	(18.456)

(*) Reversões em função do recebimento de contas.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Suporte e manutenção de software (a)	25.176	27.528	28.507	27.970
Outras	3.488	3.321	15.984	7.205
Total	28.664	30.849	44.491	35.175
Circulante	20.563	23.367	35.772	27.287
Não circulante	8.101	7.482	8.719	7.888

- (a) Referem-se a pagamentos efetuados por conta dos contratos de suporte e manutenção de software, apropriados ao resultado pelos períodos contratados de prestação de serviços.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social	32.680	34.086	57.827	50.556
Imposto sobre serviços - ISS retido sobre faturamento	558	591	7.256	7.641
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar sobre o faturamento	4.274	8.041	4.314	8.188
PIS e COFINS - crédito sobre despesas operacionais	2.652	6.042	2.652	6.042
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS a compensar sobre o faturamento	647	707	647	707
Outros impostos	2.912	2.513	5.902	5.097
Total	43.723	51.980	78.598	78.231

Os impostos a recuperar referem-se, substancialmente, a retenções sobre faturamento e não dependem de decisões judiciais ou administrativas para sua realização, e conforme expectativa da Administração serão compensados com o pagamento de impostos federais relacionados à atividade da Companhia.

9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo:				
Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. (a)	1.174.205	1.174.205	1.174.205	1.174.205
Tivit Chile Spa	-	-	113.960	127.139
Stone Age	-	-	88.534	88.534
Synapsis Brasil S.A.	64.765	64.765	64.765	64.765
Work	39.669	39.669	39.669	39.669
Tivit Colombia S.A.S.	-	-	25.889	28.781
Tivit Peru SRL	-	-	25.315	28.243
Open	21.145	21.145	21.145	21.145
Neobpo	8.886	8.886	8.886	8.886
Synapsis Panamá S.A.	-	-	9.149	10.207
Tivit One Cloud	-	-	6.489	6.489
Privally (c)	-	-	38.379	20.985
Lambda3 (e)	-	-	67.322	-
Devapi (d)	-	-	39.268	-
Sensr.IT (f)	-	-	32.981	-
Outras	17.494	17.144	33.336	34.818
Subtotal	1.326.164	1.325.814	1.789.292	1.653.866
Amortização acumulada	(12.089)	(12.089)	(12.089)	(12.089)
Total	1.314.075	1.313.725	1.777.203	1.641.777

Movimentação do período

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.313.725	1.564.312
Adições	-	20.985
Ajustes de tradução (b)	-	56.480
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.313.725	1.641.777
Adições	350	157.315
Ajustes de tradução (b)	-	(21.889)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>1.314.075</u>	<u>1.777.203</u>

- (a) O valor registrado refere-se ao ágio gerado na então controladora Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. em decorrência da aquisição da Companhia em 7 de junho de 2010. Essa empresa foi incorporada pela Companhia em fevereiro em 2011.
- (b) Resultado da variação dos ajustes de tradução (conversão para moeda de apresentação) durante o exercício de ágios em transações de controladas no exterior.
- (c) Empresa adquirida em novembro de 2020 conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- (d) Empresa adquirida em abril de 2021 conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- (e) Empresa adquirida em julho de 2021 conforme mencionado na nota explicativa nº 1.
- (f) Empresa adquirida em novembro de 2021 conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

Esses ágios são fundamentados na expectativa de rentabilidade futura, conforme laudo de avaliação econômica preparado por empresa especializada, e foram amortizados até 31 de dezembro de 2008. A partir de 1º de janeiro de 2009, o ágio não é mais amortizado, sendo realizada anualmente avaliação para potencial redução do ativo ao valor recuperável (“impairment”).

O ágio por expectativa de rentabilidade futura (“goodwill”) alocado a cada Unidade Geradora de Caixa - UGC deve ser testado para verificar a necessidade de redução ao seu valor recuperável (“impairment”). O teste é feito comparando o valor contábil da UGC (incluindo o “goodwill”) com o seu valor recuperável e deve ser realizado no mínimo anualmente, ou sempre que houver indicação de redução ao seu valor recuperável. No fim de 2021, a Companhia efetuou sua verificação anual de redução ao valor recuperável de ativos e, com base nas premissas a seguir descritas, não constatou a necessidade de provisão por redução ao valor recuperável de ativos.

A Companhia não pode prever se ocorrerá um evento que ocasione uma desvalorização dos ativos, quando ele irá ocorrer ou como ele afetará o valor informado dos ativos. A Companhia acredita que todas as suas estimativas são razoáveis, consistentes com os relatórios internos e refletem as melhores estimativas da Administração.

O teste de “impairment” baseia-se em uma série de julgamentos críticos, estimativas e premissas. O ágio, que corresponde a aproximadamente 54% do total de ativos consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2021 (50% em 31 de dezembro de 2020), é testado para fins de redução ao valor recuperável por UGC. Uma UGC é o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins gerenciais, que no caso da Companhia é a localização geográfica (cada país é uma UGC).

A metodologia utilizada pela Companhia está de acordo com a IAS 36/CPC 01 (R1) -Redução ao Valor Recuperável de Ativos, na qual as abordagens de valor justo líquido de despesas de venda e valor em uso são levadas em consideração. Isso consiste na aplicação de um fluxo de caixa descontado baseado em modelos de avaliação de aquisição.

Premissas-chave

As premissas-chave consideradas para o teste de “impairment”, ou seja, aquelas para as quais o valor recuperável das unidades geradoras de caixa é mais sensível são as seguintes:

- Volume de vendas na prestação de serviços.
- Margem dos Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização - Lajida.
- Dispendio anual para investimentos (Capex).
- Taxa de crescimento.
- Taxa de desconto.

Volume de vendas na prestação de serviços:

- O volume de vendas na prestação de serviços foi estimado com base no desempenho passado da Companhia e no orçamento aprovado pelo Conselho de Administração para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021. A taxa de crescimento foi estimada com base nos estudos externos, através de pesquisa em órgãos especializados em informações sobre os mercados de tecnologia da informação, telecomunicações e produtos para o consumidor de tecnologia.

Os percentuais estimados de crescimento do volume de venda na prestação de serviços são:

	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>2029</u>	<u>2030</u>	<u>2031</u>
Brasil	8%	12%	12%	12%	11%	10%	8%	7%	6%	4%
Chile	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%
Colômbia	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%
Peru	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%
Argentina	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%	7,9%

Margem de LAJIDA

A margem de LAJIDA (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) para o ano de 2022 está de acordo com o orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. Para o período de 2023 a 2030, a Administração utilizou percentuais de margem que correspondem às condições dos mercados onde a Companhia atua, refletindo as movimentações de tal margem em decorrência do crescimento estimado de receita.

Para o Brasil, país onde está localizado o maior volume de receita da Companhia, foram projetadas para 2022, 2023 e 2024 as margens de LAJIDA de 16%, 18% e 19%, respectivamente. Adicionalmente, para o Chile, que é a segunda maior operação da Companhia, foram projetadas as taxas de 18,6%, para os anos de 2022, 2023 e 2024, respectivamente.

Dispêndio anual para investimentos (Capex)

Os investimentos referem-se a equipamentos que serão utilizados em novas operações e foram projetados considerando sua representatividade em relação à receita líquida, advinda de prestação de serviços. Para o ano de 2022, foi utilizado o valor do orçamento aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e para os demais períodos projetados ficou em 6% da receita líquida, com base na particularidade de cada operação.

Taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxos de caixa

Após o período projetado, foi considerado o valor presente da perpetuidade do fluxo de caixa projetado para o último ano projetado (2031), ajustando-se o nível de capital de giro e investimentos adequados ao crescimento em cada país, considerado para o período perpétuo, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Brasil</u>	<u>Chile</u>	<u>Colômbia</u>	<u>Peru</u>
Taxa de crescimento na perpetuidade	4,4%	3,3%	3,1%	2,1%

Taxa de desconto

As projeções são feitas na moeda funcional da unidade de negócios e descontados pelo custo de capital médio ponderado (WACC), conforme abaixo:

	<u>Brasil</u>	<u>Chile</u>	<u>Colômbia</u>	<u>Peru</u>	<u>Argentina</u>
Taxa de desconto	13,23%	12,8%	12,5%	12,1%	57,4%

O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio. O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos acionistas da Companhia. O custo da dívida é baseado nos juros de financiamentos, que a Companhia é obrigada a honrar.

Note-se que a Administração da Companhia optou pelo período de dez anos, por entender que o mesmo demonstra com maior segurança a projeção do seu fluxo de caixa futuro e por ter um histórico que demonstra sua capacidade de fazer essa previsão de forma precisa para esse período longo. As estimativas foram efetuadas em termos nominais.

Apesar de a Companhia acreditar que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados, os resultados efetivos podem ser diferentes.

10. OUTROS INTANGÍVEIS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Custo	718.012	697.384	855.185	836.649
Amortização acumulada	(557.786)	(492.619)	(672.298)	(602.821)
Total	<u>160.226</u>	<u>204.765</u>	<u>182.887</u>	<u>233.828</u>

A movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está assim representada:

Controladora						
	Marcas e patentes	Software (b)	Direito de uso de software	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	Total
<u>Custo</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	48.601	426.872	6.539	1.350	135.866	619.228
Adições	-	55.141	22.487	-	528	78.156
Saldo em 31 de dezembro de 2020	48.601	482.013	29.026	1.350	136.394	697.384
Adições	-	17.274	3.755	-	-	21.029
Baixas	-	(28)	(373)	-	-	(401)
Transferências	-	12.534	(12.534)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	48.601	511.793	19.874	1.350	136.394	718.012
<u>Amortização</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.411)	(313.994)	(2.244)	(1.350)	(114.385)	(433.384)
Adições	(5)	(49.822)	(3.297)	-	(6.111)	(59.235)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.416)	(363.816)	(5.541)	(1.350)	(120.496)	(492.619)
Baixas	-	28	-	-	-	28
Adições	(4)	(55.436)	(5.507)	-	(4.248)	(65.195)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.420)	(419.224)	(11.048)	(1.350)	(124.744)	(557.786)
Total líquido	47.181	92.569	8.826	-	11.650	160.226
Consolidado						
	Marcas e patentes	Software (b)	Direito de uso de software	Gastos com implementação de software	Direitos de prestação de serviços a clientes (a)	Total
<u>Custo</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	49.859	458.040	14.512	9.772	198.238	730.421
Adições	-	55.141	24.827	22	528	80.518
Ajuste de tradução	459	7.451	-	1.704	16.096	25.710
Saldo em 31 de dezembro de 2020	50.318	520.632	39.339	11.498	214.862	836.649
Adições	-	21.972	3.938	-	615	26.525
Adição por combinação de negócios (c)	-	31	-	-	-	31
Baixas	-	(28)	(373)	-	-	(401)
Transferências	-	12.534	(12.534)	-	-	-
Ajuste de tradução	(179)	(5.197)	312	(627)	(1.928)	(7.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	50.139	549.944	30.682	10.871	213.549	855.185
<u>Amortização</u>						
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(1.412)	(334.561)	(5.151)	(6.705)	(157.614)	(505.443)
Adições	(5)	(50.087)	(7.312)	(1.730)	(15.007)	(74.141)
Ajuste de tradução	-	(6.710)	-	(1.325)	(15.202)	(23.237)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(1.417)	(391.358)	(12.463)	(9.760)	(187.823)	(602.821)
Adições	(4)	(56.291)	(8.833)	(907)	(13.145)	(79.180)
Combinação de negócios (c)	-	(18)	-	-	-	(18)
Baixas	-	28	-	-	-	28
Ajuste de tradução	2	2.544	-	545	6.602	9.693
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(1.419)	(445.095)	(21.296)	(10.122)	(194.366)	(672.298)
Total líquido	48.720	104.849	9.406	749	19.183	182.887

- (a) Refere-se à aquisição de contratos para prestação de serviços a determinados clientes. Essas aquisições são relativas, principalmente, ao desenvolvimento de software para esses clientes, sendo que os contratos variam de cinco a dez anos. A amortização está sendo calculada de forma linear, pelo prazo do contrato. Estão registrados nesse grupo os montantes de R\$11.000 e R\$52.944 (R\$11.000 e R\$52.944 em 31 de dezembro de 2020) na controladora e no consolidado, respectivamente, referentes à alocação do preço pago à carteira de clientes na aquisição da Synapsis, cuja taxa média ponderada da amortização para o exercício é de 9,5% e 7,6% na controladora e no consolidado, respectivamente. A amortização desses saldos está sendo calculada de forma linear com prazos de 8 a 17 anos, conforme laudo de avaliação econômico-financeira.

(b) Refere-se à aquisição de licenças de uso de software utilizadas na prestação de serviços a clientes.

(c) Referente à combinação de negócios da Lambda 3, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante de R\$61.935 na controladora e R\$75.238 no consolidado (R\$56.273 na controladora e R\$69.693 no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), referentes à despesa de amortização, foram debitados ao resultado na rubrica “Custo dos serviços prestados”, e na rubrica “Despesas gerais e administrativas” foram debitados os montantes de R\$3.260 na controladora e R\$3.942 no consolidado (R\$2.962 na controladora e R\$4.448 no consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

11. INVESTIMENTOS

Controladora		Consolidado (d)	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
535.429	379.182	8.650	-

Informações e movimentações dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021:

Em 31 de dezembro de 2021

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia	México	Paraguai	Stone Age	Privally (a)	Devapi (b)	Lambda 3 (c)	Ventos de São Mizaél Holding S.A. (d)	Tivit Comercializadora de Energia (d)	Sensr.it (e)
Capital social	215.688	21.323	613	2.457	10	25	339	819	250	1.400	610	2.250	94.300	--	120
Percentual de participação	100%	0,03%	10,78%	100%	100%	100%	99,99%	100%	100%	100%	100%	100%	39,98%	100%	100%
Patrimônio líquido	253.694	85.698	12.028	121	4.252	22	4.807	4.768	8.786	(459)	164	4.711	91.693	-	137
Ágio	-	-	-	-	6.489	-	-	-	88.533	17.632	39.250	28.736	-	-	32.982
Lucro (prejuízo) do exercício	24.675	8.395	3.283	(15)	3.220	(91)	2.345	1.533	8.530	(1.336)	(386)	1.819	-	-	21

Em 31 de dezembro de 2020

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Tivit Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia	México	Paraguai	StoneAge	Privally (a)
Capital social	215.688	21.323	613	2.457	10	25	339	819	250	400
Percentual de participação	100%	0.03%	10.78%	100%	100%	100%	99.95%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	241.780	75.356	9.986	131	1.032	110	2.431	3.100	17.968	(122)
Ágio	-	-	-	-	6.489	-	-	-	88.533	20.985
Lucro (prejuízo) do exercício	21.619	6.329	1.196	(69)	(592)	(81)	674	2.017	11.099	(37)

Movimentação dos investimentos

	Tivit Chile	Tivit Colômbia	Synapsis Argentina	Tivit USA	One Cloud	Bolívia	México	Paraguai	StoneAge	Privally (a)	Devapi (b)	Lambda3 (c)	Ventos de São Mizaél (d)	Tivit Comercializadora de Energia (d)	Sensr.it (e)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	177.509	18	1.014	157	8.113	150	1.066	3.407	112.257	-	-	-	-	-	-	303.691
Investimento em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(85)	-	-	-	-	-	(85)
Resultado de equivalência patrimonial	21.619	2	129	(69)	(592)	(81)	674	2.017	10.702	(37)	-	-	-	-	-	34.364
Ajuste em combinação de negócios - mais valia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.855)	-	-	-	-	-	(2.855)
Dividendos STA	-	-	-	-	-	-	-	-	(16.857)	-	-	-	-	-	-	(16.857)
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	41.548	4	(66)	-	-	43	691	(2.324)	-	-	-	-	-	-	-	39.896
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.985	-	-	-	-	-	20.985
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	43
Saldo em 31 de dezembro de 2020	240.676	24	1.077	131	7.521	112	2.431	3.100	106.102	18.008	-	-	-	-	-	379.182
Investimento em controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(50)	2.891	7.034	350	120	10.345
Resultado de equivalência patrimonial	26.450	3	354	(148)	4.528	(111)	(1.880)	2.023	10.069	(1.888)	(726)	3.702	1.616	(787)	21	43.226
Ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.835	39.268	67.322	-	-	32.981	156.406
Ajuste em combinação de negócios - mais valia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	44	728	(18.950)	-	-	(908)	(19.086)
Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000	696	-	-	-	-	1.696
Dividendos	-	-	-	-	(4.528)	-	-	-	(16.100)	-	-	(2.000)	-	-	-	(22.628)
Ajustes na conversão dos investimentos das controladas no exterior	(14.022)	-	(135)	-	-	1	145	289	-	-	-	-	-	-	-	(13.722)
Variação cambial dos investimentos das controladas no exterior	-	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10
Saldo em 31 de dezembro de 2021	253.104	27	1.296	(7)	7.521	2	696	5.412	100.071	33.999	39.916	52.965	8.650	(437)	32.214	535.429

(a) Empresa adquirida em novembro de 2020, conforme nota explicativa nº 1.

(b) Empresa adquirida em abril de 2021, conforme nota explicativa nº 1.

(c) Empresa adquirida em julho de 2021, conforme nota explicativa nº 1.

(d) Empresa adquirida em setembro de 2021, conforme nota explicativa nº 1.

(e) Empresa adquirida em novembro de 2021, conforme nota explicativa nº 1.

12. IMOBILIZADO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Custo	1.508.440	1.475.142	2.073.453	2.067.265
Depreciação acumulada	(1.143.078)	(1.072.740)	(1.528.052)	(1.453.178)
Total	<u>365.362</u>	<u>402.402</u>	<u>545.401</u>	<u>614.087</u>
Computadores e periféricos	138.277	156.403	153.172	158.235
Máquinas e equipamentos	70.846	77.559	177.404	220.799
Direitos de uso	60.969	81.077	110.106	134.952
Benfeitorias	21.550	10.724	21.552	11.276
Edificações	22.805	23.338	27.057	27.923
Instalações	30.957	30.422	35.226	37.061
Terrenos	14.090	14.090	15.831	15.889
Móveis e utensílios	4.130	5.138	2.601	3.910
Veículos	1.738	3.651	2.452	4.042
Total	<u>365.362</u>	<u>402.402</u>	<u>545.401</u>	<u>614.087</u>

A movimentação dos saldos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está assim representada:

	31/12/2020	Controladora			31/12/2021
		Adições	Baixas	Transferências	
Custo:					
Terrenos	14.090	-	-	-	14.090
Edificações	51.132	299	-	-	51.431
Direitos de uso	112.747	15.757	(14.302)	-	114.202
Instalações	87.330	2.736	-	4	90.070
Móveis e utensílios	19.536	-	(575)	-	18.961
Benfeitorias	129.239	13.265	-	-	142.504
Máquinas e equipamentos	225.841	4.945	(880)	(13)	229.893
Computadores e periféricos	820.650	29.081	(12.536)	9	837.204
Veículos	14.577	-	(4.492)	-	10.085
Total	<u>1.475.142</u>	<u>66.083</u>	<u>(32.785)</u>	<u>-</u>	<u>1.508.440</u>
Depreciação acumulada:					
Edificações	(27.794)	(830)	-	-	(28.624)
Direitos de uso	(31.670)	(21.878)	315	-	(53.233)
Instalações	(56.908)	(2.204)	-	-	(59.112)
Móveis e utensílios	(14.398)	(800)	366	-	(14.832)
Benfeitorias	(118.515)	(2.438)	-	-	(120.953)
Máquinas e equipamentos	(148.282)	(11.096)	332	-	(159.046)
Computadores e periféricos	(664.247)	(47.216)	12.533	-	(698.930)
Veículos	(10.926)	(1.070)	3.648	-	(8.348)
Total	<u>(1.072.740)</u>	<u>(87.532)</u>	<u>17.194</u>	<u>-</u>	<u>(1.143.078)</u>
Total líquido	<u>402.402</u>	<u>(21.449)</u>	<u>(15.591)</u>	<u>-</u>	<u>365.362</u>

Controladora				
	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Custo:				
Terrenos	14.090	-	-	14.090
Edificações	51.130	2	-	51.132
Direitos de uso	90.372	22.375	-	112.747
Instalações	67.799	19.531	-	87.330
Móveis e utensílios	19.294	244	(2)	19.536
Benfeitorias	129.230	9	-	129.239
Máquinas e equipamentos	218.017	7.824	-	225.841
Computadores e periféricos	780.880	40.142	(372)	820.650
Veículos	22.144	13	(7.580)	14.577
Total	1.392.956	90.140	(7.954)	1.475.142
Depreciação acumulada:				
Edificações	(26.968)	(826)	-	(27.794)
Direitos de uso	(15.324)	(16.346)	-	(31.670)
Instalações	(55.440)	(1.468)	-	(56.908)
Móveis e utensílios	(13.518)	(882)	2	(14.398)
Benfeitorias	(116.068)	(2.447)	-	(118.515)
Máquinas e equipamentos	(137.471)	(10.811)	-	(148.282)
Computadores e periféricos	(605.316)	(59.147)	216	(664.247)
Veículos	(13.621)	(3.005)	5.700	(10.926)
Total	(983.726)	(94.932)	5.918	(1.072.740)
Total líquido	409.230	(4.792)	(2.036)	402.402

Consolidado							
	31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Ajustes de conversão	31/12/2021
Custo:							
Terrenos	15.889	-	-	-	-	(58)	15.831
Edificações	56.340	299	-	-	-	(235)	56.404
Direitos de uso	180.835	20.563	(14.302)	-	-	(1.878)	185.218
Instalações	108.847	2.762	(1.390)	4	221	(2.026)	108.418
Móveis e utensílios	29.299	9	(579)	-	222	(966)	27.985
Benfeitorias	129.922	13.264	-	-	-	(506)	142.680
Máquinas e equipamentos	674.679	7.378	(880)	3.514	774	(31.494)	653.971
Computadores e periféricos	853.597	39.317	(12.533)	(3.518)	18	(7.129)	869.752
Veículos	17.857	-	(4.524)	-	-	(139)	13.194
Total	2.067.265	83.592	(34.208)	-	1.235	(44.431)	2.073.453
Depreciação acumulada:							
Edificações	(28.417)	(947)	-	(100)	-	116	(29.348)
Direitos de uso	(45.883)	(29.466)	315	-	-	(77)	(75.111)
Instalações	(71.786)	(3.424)	746	-	(65)	1.335	(73.194)
Móveis e utensílios	(25.389)	(1.223)	366	-	(119)	979	(25.386)
Benfeitorias	(118.646)	(2.482)	-	-	-	-	(121.128)
Máquinas e equipamentos	(453.880)	(32.028)	332	(16.732)	(308)	26.048	(476.568)
Computadores e periféricos	(695.362)	(50.973)	12.533	15.823	(9)	1.413	(716.575)
Veículos	(13.815)	(1.623)	3.648	1.009	-	39	(10.742)
Total	(1.453.178)	(122.166)	17.940	-	(501)	29.853	(1.528.052)
Total líquido	614.087	(38.574)	(16.268)	-	734	(14.578)	545.401

	Consolidado				31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	Ajuste de conversão	
Custo:					
Terrenos	15.753	-	-	136	15.889
Edificações	55.269	88	-	983	56.340
Direitos de uso	142.247	38.588	-	-	180.835
Instalações	84.023	19.531	-	5.293	108.847
Móveis e utensílios	29.245	1.697	(2)	(1.641)	29.299
Benfeitorias	129.913	9	-	-	129.922
Máquinas e equipamentos	556.087	21.321	-	97.271	674.679
Computadores e periféricos	797.310	49.081	(367)	7.573	853.597
Veículos	24.624	13	(7.580)	800	17.857
Total	1.834.471	130.328	(7.949)	110.415	2.067.265
Depreciação acumulada:					
Edificações	(27.478)	(827)	-	(112)	(28.417)
Direitos de uso	(21.740)	(24.143)	-	-	(45.883)
Instalações	(65.991)	(2.406)	-	(3.389)	(71.786)
Móveis e utensílios	(21.918)	(1.457)	1	(2.015)	(25.389)
Benfeitorias	(116.128)	(2.518)	-	-	(118.646)
Máquinas e equipamentos	(376.026)	(11.174)	-	(66.680)	(453.880)
Computadores e periféricos	(615.106)	(77.630)	217	(2.843)	(695.362)
Veículos	(15.150)	(3.950)	5.700	(415)	(13.815)
Total	(1.259.537)	(124.105)	5.918	(75.454)	(1.453.178)
Total líquido	574.934	6.223	(2.031)	34.961	614.087

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os montantes de R\$ 83.156 na controladora e R\$116.058 no consolidado (no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os montantes de R\$90.186 na controladora e R\$116.659 no consolidado), referentes à despesa de depreciação, foram debitados ao resultado na rubrica “Custo dos serviços prestados”, e os montantes de R\$4.376 na controladora e R\$6.108 no consolidado (na controladora R\$ 4.746 e no consolidado R\$ 7.446 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Teste de redução ao valor recuperável de ativos - “impairment”

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS, os itens de ativo imobilizado que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores a seus valores recuperáveis são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foram identificados indicadores da necessidade de provisão para redução a seu valor recuperável.

12.1. Contratos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2021, os contratos de arrendamento têm prazo médio de duração de 35 meses (41 meses em 31 de dezembro de 2020) e referem-se, substancialmente a aquisição de softwares e hardwares para a operação da Companhia. A Companhia possui opções de compra de equipamentos pelo valor nominal no encerramento dos contratos de arrendamento. A Companhia não possui subarrendamentos.

A composição das operações de arrendamento por categoria de ativos é como segue:

Controladora					
31/12/2021				31/12/2020	
		Depreciação			
Anos	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	5 a 25	28.478	(14.771)	13.707	11.995
Computadores e periféricos	4 a 8	507.177	(415.785)	91.392	111.682
Software	5	88.788	(60.638)	28.150	15.213
Direito de uso - softwares	2 a 3	19.874	(11.048)	8.826	23.485
Direito de uso - edificações	2 a 8	114.202	(53.233)	60.969	81.077
Total		<u>758.519</u>	<u>(555.475)</u>	<u>203.044</u>	<u>243.452</u>

Consolidado					
31/12/2021				31/12/2020	
		Depreciação			
Anos	Custo	acumulada	Líquido	Líquido	
Máquinas e equipamentos	5 a 25	122.940	(83.636)	39.304	48.174
Computadores e periféricos	4 a 8	507.177	(415.786)	91.391	111.683
Software	5	88.788	(60.638)	28.150	26.876
Direito de uso - softwares	2 a 3	30.702	(21.296)	9.406	134.952
Direito de uso - edificações	2 a 14	185.218	(75.111)	110.107	15.213
Total		<u>934.825</u>	<u>(656.467)</u>	<u>278.358</u>	<u>336.898</u>

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, estão detalhados a seguir:

Controladora		
	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 ano	29.739	53.758
De 1 a 5 anos	62.340	128.519
Mais de 5 anos	-	6.270
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	<u>92.079</u>	<u>188.547</u>

Consolidado		
	31/12/2021	31/12/2020
Até 1 ano	37.409	71.805
De 1 a 5 anos	69.539	164.375
Mais de 5 anos	-	33.153
Valor presente dos pagamentos mínimos (*)	<u>106.948</u>	<u>269.333</u>

(*) Incluídos nas demonstrações financeiras como passivo de arrendamento (vide nota explicativa nº 15).

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, as garantias concedidas às operações de arrendamento mercantil, são os próprios ativos dos respectivos contratos.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Licença de uso e manutenção de software	16.637	9.678	23.657	21.427
Serviços profissionais	23.737	14.984	55.482	43.601
Equipamentos de informática e telecomunicação	20.715	15.308	29.717	24.178
Telefonia	2.190	1.913	4.102	6.089
Ocupação	5.121	5.387	6.659	8.498
Benefícios	7.155	9.237	8.828	11.066
Outros itens	7.110	6.185	18.708	10.665
Total	82.665	62.692	147.153	125.524
Circulante	56.219	62.595	113.004	121.523
Não circulante	26.446	97	34.149	4.001

Em 31 de dezembro de 2021, o prazo médio consolidado de pagamentos é de 76 dias (66 dias em 31 de dezembro de 2020). Usualmente não são cobrados juros sobre as contas a pagar em atraso. A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento de riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados.

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Mensurados ao custo amortizado:		
Debêntures 4ª emissão (a)	29.283	114.432
NCE - Banco Bradesco S.A. (b)	83.850	83.488
NCE - Banco Santander S.A. (c)	-	25.152
NCE - Banco do Brasil S.A. (d)	-	12.528
NCE - Banco do Brasil S.A. (e)	-	12.503
NCE - Banco do Brasil S.A. (f)	16.687	33.466
NCE - Banco Santander S.A. (g)	-	41.659
NCE - Banco do Brasil S.A. (h)	16.689	50.016
CCB - Banco Santander S.A. (i)	58.604	73.109
NCE - Banco Safra (j)	52.289	50.068
CCB - Banco do Brasil S.A. (k)	45.020	45.017
NCE - Banco Bradesco (l)	140.244	-
CCB - Banco Santander S.A. (m)	35.122	-
NCE - Banco do Brasil S.A. (n)	75.134	-
Total ao custo amortizado	552.922	541.438
Mensurados ao valor justo:		
Custo de captação	(2.708)	(2.975)
Total	550.214	538.463
Parcela do circulante	119.335	134.832
Parcela do não circulante	430.879	403.631

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Mensurados ao custo amortizado:		
Debêntures 4ª emissão (a)	29.283	114.433
NCE - Banco Bradesco S.A. (b)	83.850	83.488
NCE - Banco Santander S.A. (c)	-	25.152
NCE - Banco do Brasil S.A. (d)	-	12.528
NCE - Banco do Brasil S.A. (e)	-	12.503
NCE - Banco do Brasil S.A. (f)	16.687	33.466
NCE - Banco Santander S.A. (g)	-	41.659
NCE - Banco do Brasil S.A. (h)	16.689	50.016
CCB - Banco Santander S.A. (i)	58.604	73.109
NCE - Banco Safra (j)	52.289	50.068
CCB - Banco do Brasil S.A. (k)	45.020	45.017
NCE - Banco Bradesco S.A. (l)	140.244	-
CCB - Banco Santander S.A. (m)	35.122	-
NCE - Banco do Brasil S.A. (n)	75.134	-
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A.- Chile (o)	8.554	9.561
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A.- Chile (p)	6.580	7.355
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (q)	7.896	8.826
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (r)	8.094	9.047
Moeda local (CLP) - Banco Santander - Chile (s)	6.580	7.355
Moeda local (ARS) - Banco Itaú - Argentina (t)	-	208
Moeda local (CLP) - Banco Itaú S.A. - Chile (u)	79.198	88.356
Moeda local (CLP) - Banco do Brasil S.A. - Chile (v)	-	4.631
Moeda local (COP) - Banco Itaú S.A. - Colômbia (w)	-	5.780
Moeda local (COP) - Banco de Bogota - Colômbia (x)	-	1.083
Moeda local (COP) - Banco Itaú S.A. - Colômbia (y)	-	7.100
Moeda local (CLP) - Banco Santander S.A. - Chile (z)	10.114	11.280
Moeda local (CLP) - Banco Scotiabank. - Chile (aa)	5.632	6.248
Moeda local (PEN) - Banco de Crédito BCP - Peru (bb)	3.271	3.610
Capital de Giro- Banco do Brasil S.A. (cc)	25	-
Total ao custo amortizado	688.866	711.879
Mensurados ao valor justo:		
Custo de captação	(2.708)	(2.975)
Total	686.158	708.904
Parcela do circulante	206.100	153.837
Parcela do não circulante	480.058	555.067

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 está apresentada a seguir:

Controladora

	31/12/2020	Adições	Juros incorridos	Amortização de principal	Pagamento de juros	31/12/2021
Tivit - debêntures	114.433	-	2.440	(84.978)	(2.612)	29.283
Custo de captação	(2.975)	(2.107)	2.374	-	-	(2.708)
Tivit - empréstimos	427.005	250.000	25.288	(154.601)	(24.053)	523.639
Total da dívida bruta	<u>538.463</u>	<u>247.893</u>	<u>30.102</u>	<u>(239.579)</u>	<u>(26.665)</u>	<u>550.214</u>

Consolidado

	31/12/2020	Adições	Juros incorridos	Amortização de principal	Pagamento de juros	Ajustes de conversão	31/12/2021
Tivit Brasil - debêntures	114.433	-	2.440	(84.978)	(2.612)	-	29.283
Custo de captação	(2.975)	(2.107)	2.374	-	-	-	(2.708)
Tivit Brasil - empréstimos	427.005	250.000	25.288	(154.601)	(24.053)	-	523.639
Tivit Latam - empréstimos	170.441	15.709	5.580	(34.769)	(5.394)	(15.648)	135.919
Devapi - Empréstimos	-	44	12	(22)	(9)	-	25
Total da dívida bruta	<u>708.904</u>	<u>263.646</u>	<u>35.694</u>	<u>(274.370)</u>	<u>(32.068)</u>	<u>(15.648)</u>	<u>686.158</u>

Controladora

	31/12/2019	Captações	Juros incorridos	Amortização de principal	Pagamento de juros	31/12/2020
Tivit - debêntures	203.194	-	5.512	(84.369)	(9.904)	114.433
Custo de captação	(3.574)	(3.613)	4.212	-	-	(2.975)
Tivit - empréstimos	333.546	258.000	16.018	(160.933)	(19.626)	427.005
Total da dívida bruta	<u>533.166</u>	<u>254.387</u>	<u>25.742</u>	<u>(245.302)</u>	<u>(29.530)</u>	<u>538.463</u>

Consolidado

	31/12/2019	Captações	Juros incorridos	Amortização de principal	Pagamento de juros	Ajuste de conversão	31/12/2020
Tivit Brasil - debêntures	203.194	-	5.512	(84.369)	(9.904)	-	114.433
Custo de captação	(3.574)	(3.613)	4.212	-	-	-	(2.975)
Tivit Brasil - empréstimos	333.546	258.000	16.018	(160.933)	(19.626)	-	427.005
Tivit Latam - empréstimos	149.677	153.388	10.361	(183.771)	(10.892)	51.678	170.441
Tivit Latam - Custo de captação	(55)	-	55	-	-	-	-
Total da dívida bruta	<u>682.788</u>	<u>407.775</u>	<u>36.158</u>	<u>(429.073)</u>	<u>(40.422)</u>	<u>51.678</u>	<u>708.904</u>

- (a) Em 29 de junho de 2018, foram emitidas 130.000 debêntures, relativas à 4ª emissão de debêntures da Companhia, no valor nominal unitário de R\$1, totalizando R\$130.000, integralizadas em sua totalidade em 29 de junho de 2018, no valor de R\$130.000. As debêntures são de forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados e não conversíveis em ações e serão pagas em 3 parcelas, com 37 meses de carência para o valor principal, sendo a primeira parcela com vencimento em 29 de janeiro de 2021 e a última em 29 de janeiro de 2022, com remuneração semestral pela variação de 123% taxa do CDI, conforme a escritura de emissão das debêntures. Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações da Companhia, foi constituída alienação fiduciária sobre 4.610.039 ações ordinárias de sua emissão e de titularidade do APX Fundo de Investimento em Participações - Multiestratégia, correspondentes a 4,94% do total do capital social da Companhia na data de emissão, correspondente a 100% do saldo devedor das debêntures em favor dos debenturistas. Os recursos provenientes da oferta foram utilizados para liquidar determinadas dívidas da Companhia e também como reforço de caixa. Em 22 de Julho de 2020 houve amortização antecipada no valor R\$17.009. Em 29 de julho de 2021 houve amortização antecipada no valor de R\$15.933.
- (b) Em 18 de dezembro de 2014, a Companhia emitiu, em favor do Banco Bradesco S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, com garantia de cessão fiduciária de recebíveis, conforme instrumento de garantia nº 201400266. Os encargos correspondem a 113% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais. Em 27 de março de 2017, o valor principal foi prorrogado, ao custo de 125% do CDI, para pagamento em 3 parcelas semestrais, com carência de 24 meses e pagamento de juros semestrais. Em 06 de junho de 2018 o respectivo valor do principal foi prorrogado e houve uma captação adicional no valor de R\$75.000, ambos ao custo de 121% do CDI, com pagamento de juros semestrais, carência de 24 meses e amortização do Principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 12 de junho de 2020 e a última com vencimento para 11 junho de 2021. Em 30 de dezembro de 2019, foi liquidado antecipadamente a parcela com vencimento em 12 de junho de 2020 e prorrogado, ao custo de 128% do CDI, o vencimento 2ª parcela para 04 de janeiro de 2021, sendo a última parcela em 11 de junho de 2021. Em 2 de dezembro de 2020, o respectivo saldo do empréstimo foi prorrogado ao custo de CDI + 2,40%a.a., com pagamento de juros semestral e amortização do principal em 4 parcelas, sendo a primeira em 16 de junho de 2022 e a última em 11 de dezembro de 2023.
- (c) Em 1º de abril de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 118% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 22 de março de 2021 e a última com vencimento para 16 março de 2022. Em 21 de dezembro de 2021 a última parcela foi liquidada antecipadamente.
- (d) Em 23 de abril de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 120% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais e amortização do Principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 10 de março de 2021 e a última com vencimento para 10 março de 2022. Em 28 de dezembro de 2020, a primeira parcela foi liquidada antecipadamente. Em 28 de dezembro de 2021 a última parcela foi liquidada antecipadamente.

- (e) Em 05 de julho de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - indireta, no valor de R\$25.000. Os encargos correspondem a 120% da variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 2 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 25 de junho de 2021 e a última com vencimento para 25 de junho de 2022. Em 28 de dezembro de 2020, a primeira parcela foi liquidada antecipadamente. Em 28 de dezembro de 2021 a última parcela foi liquidada antecipadamente.
- (f) Em 23 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 1,60% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento 4 de janeiro de 2021 e a última com vencimento para 2 de janeiro de 2023. Em 28 de dezembro de 2020, a primeira parcela foi liquidada antecipadamente. Em 28 de dezembro de 2021, a segunda parcela foi liquidada antecipadamente.
- (g) Em 20 de março de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma CCB - Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$40.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 3,03% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal em 19 de março de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo devedor para o respectivo empréstimo.
- (h) Em 30 de março de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,20% a.a., com pagamento de juros mensais, e amortização do principal em 30 de junho de 2021. Em 18 de dezembro de 2020, o respectivo empréstimo foi prorrogado, ao custo de CDI+2,55% aa, com pagamento dos juros semestralmente e amortização do principal em 3 parcelas, iguais e consecutivas, sendo a 1ª parcela com vencimento em 30 de março de 2022 e a última parcela em 30 de março de 2023. Em 28 de dezembro de 2021 a primeira e a segunda parcela foram liquidadas antecipadamente.
- (i) Em 17 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma CCB - Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$73.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,30% a.a., com pagamento de juros semestrais, e amortização do principal em 5 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 11 de janeiro de 2022 e a última com vencimento para 18 de dezembro de 2023. Em 21 de dezembro de 2021 a primeira parcela foi liquidada antecipadamente.
- (j) Em 18 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco Safra S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$50.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,40026% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 18 de janeiro de 2022 e a última com vencimento para 18 de janeiro de 2024.
- (k) Em 29 de dezembro de 2020, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma CCB - Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$45.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,55% a.a., com pagamento de juros semestrais, e amortização do principal em 3 parcelas iguais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 30 de dezembro de 2022 e a última com vencimento para 30 de dezembro de 2023.
- (l) Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu, em favor do Banco Bradesco S.A., uma NCE - Indireta, no valor de R\$140.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2 25% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo a primeira com vencimento em 05 de janeiro de 2024 e a última com vencimento para 5 de janeiro de 2026.

- (m) Em 21 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu, em favor do Banco Santander S.A., uma CCB - Cédula de Crédito Bancário, no valor de R\$35.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,25% a.a., com pagamento de juros semestrais, e amortização do principal em 1 parcela, com vencimento para 27 de janeiro de 2023.
- (n) Em 27 de dezembro de 2021, a Companhia emitiu, em favor do Banco do Brasil S.A., uma NCE - indireta, no valor de R\$75.000, ao custo de 100% da variação do CDI + 2,40% a.a., com pagamento dos juros semestralmente e amortização do principal em 3 parcelas, iguais e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 27 de janeiro de 2023 e a última parcela em 27 de janeiro de 2024.
- (o) Em 20 de julho de 2016, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.300.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 26 de julho de 2017. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 20 de abril de 2020, ao custo de 6,60%a.a. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a. Em 17 de agosto de 2021, a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 03 de fevereiro de 2023, ao custo de 3,15%a.a.
- (p) Em 11 de agosto de 2016, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.000.000 (pesos chilenos), ao custo 6,60% a.a., com vencimento em 2 de janeiro de 2018. Em 31 de março de 2017, o respectivo empréstimo teve o seu vencimento prorrogado para 20 de abril de 2020, ao custo de 7,08% a.a. Em 4 de junho de 2018, a taxa de juros do respectivo empréstimo foi renegociada ao custo de 6,60% a.a., e com pagamento de juros semestrais. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a. Em 17 de agosto de 2021, a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 03 de fevereiro de 2023, ao custo de 3,15%a.a.
- (q) Em 29 de março de 2017, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.200.000 (pesos chilenos) ao custo de 5,72% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a. Em 17 de agosto de 2021, a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 03 de fevereiro de 2023, ao custo de 3,15%a.a.
- (r) Em 31 de julho de 2017, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.230.000 (pesos chilenos) ao custo de 5,72% a.a., com vencimento para 20 de abril de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a. Em 17 de agosto de 2021, a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 03 de fevereiro de 2023, ao custo de 3,15%a.a.
- (s) Em 19 de março de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.000.000 (pesos chilenos) ao custo de 6,60% a.a., com vencimento para 20 de maio de 2020. Em 16 de dezembro de 2019 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de abril de 2022, ao custo de 5,40% a.a. Em 17 de agosto de 2021, a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 03 de fevereiro de 2023, ao custo de 3,15%a.a.

- (t) Em 27 de abril de 2018, a Tivit Argentina captou, junto ao Banco do Itaú Argentina S.A., um empréstimo no valor de ARS 30.000 (pesos Argentinos), ao custo de 31,15% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal em 36 meses, sendo primeira parcela com vencimento para 27 de maio de 2018, devidamente liquidada e a última com vencimento para 27 abril de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo devedor para o respectivo empréstimo.
- (u) Em 29 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Itaú Chile S.A., um empréstimo no valor de CLP 12.064.000 (pesos chilenos), ao custo 5,76% a.a., com vencimento em 28 de maio de 2021. Em 28 de dezembro de 2020 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 29 de dezembro de 2022, ao custo de 3,15% a.a.
- (v) Em 27 de junho de 2018, a Tivit Chile captou, junto ao Banco do Brasil (Chile), um empréstimo no valor de CLP 1.890.000 (pesos chilenos), ao custo 6,95% a.a., com pagamento de juros semestrais e amortização do principal em 3 parcelas iguais, sendo primeira parcela com vencimento para 21 de junho de 2019 e a última para 11 de junho de 2021. Em 31 de dezembro de 2021, não havia saldo devedor para o respectivo empréstimo.
- (w) Em 29 de novembro de 2018, a TIVIT Colombia captou, junto ao Banco Itaú Corpbanca S.A. um empréstimo no valor de COP 7.500.000 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 2,30%a.a., para pagamento em 6 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 28 de maio de 2019 e a última parcela com vencimento e 13 de novembro de 2021. Em fevereiro de 2021, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente.
- (x) Em 30 de dezembro de 2019, a Tivit Colômbia captou, junto ao Banco de Bogotá S.A., um empréstimo no valor de COP 6.866.666.660 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 2,50%, para pagamento em 10 parcelas trimestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 30 de março de 2020 e a última parcela vencimento em 30 de dezembro de 2022. Em maio de 2021, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente.
- (y) Em 24 de março de 2020, a TIVIT Colombia captou, junto ao Banco Itaú Corpbanca S.A. um empréstimo no valor de COP 5.000.000 (pesos Colombianos), ao custo de IBR mais 3,581%a.a., para pagamento em 12 parcelas trimestrais, sendo a primeira parcela com vencimento em 24 de junho de 2020 e a última parcela com vencimento e 27 de março de 2023. Em fevereiro de 2021, o respectivo empréstimo foi liquidado antecipadamente.
- (z) Em 25 de junho de 2020, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Santander S.A., um empréstimo no valor de CLP 1.537.000 (pesos chilenos), ao custo 5,04% a.a., com pagamentos de juros semestrais e amortização do principal com vencimento para 16 de maio de 2022. Em 15 de agosto de 2021, a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 15 de janeiro de 2023, ao custo de 3,15% a.a.
- (aa) Em 16 de setembro de 2020, a Tivit Chile captou, junto ao Banco Scotiabank, um empréstimo no valor de CLP 851.010 (pesos chilenos), ao custo 2,752% a.a., com pagamento de juros e amortização do principal com vencimento para 16 de novembro de 2020. Em 11 de novembro de 2020 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 12 de fevereiro de 2021, ao custo de 2,252%a.a. Em 10 de fevereiro de 2021 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 27 de maio de 2021, ao custo de 2,46% a.a. Em 27 de maio de 2021 a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogada para 24 de agosto de 2021, ao custo de 2,052% a.a. Em 24 de agosto a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogado novamente, com vencimento para 22.11.2021 , ao custo de 3,80%a.a. Em 22 de novembro a data de vencimento do respectivo empréstimo foi prorrogado novamente, com vencimento para 10.02.2022 , ao custo de 7,70%a.a.

- (bb) Em 06 de outubro de 2020, a Tivit Peru captou, junto ao Banco de Crédito BCP, um empréstimo no valor de PEN 2.500.000 (novo sol peruano), ao custo 1,34% a.a., para pagamento em 24 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 08 de novembro de 2021 e a última parcela com vencimento em 05 de outubro de 2023.
- (cc) Em 03 de março de 2020, a DevApi (empresa adquirida 100% do controle em Maio 2021), captou um empréstimo no valor de R\$ 34, junto ao Banco do Brasil, ao custo 26,23% a.a., para pagamento em 34 parcelas mensais, sendo a primeira parcela com vencimento em 20 de janeiro de 2021 e a última parcela com vencimento em 20 de outubro de 2023.

Os vencimentos da parcela registrada no passivo não circulante, excluindo o custo de captação das debêntures, estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2022	-	222.642	-	370.507
2023	250.467	165.467	250.477	169.040
2024	88.333	16.667	137.502	16.665
2025	46.667	-	46.667	-
2026	46.666	-	46.666	-
	432.133	404.776	481.312	556.212
Custo de captação	(1.254)	(1.145)	(1.254)	(1.145)
Total	430.879	403.631	480.058	555.067

Cláusulas contratuais restritivas ("covenants")

"Covenants" financeiros

Controladora e Consolidado:

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía debêntures e determinados contratos de empréstimos com cláusulas restritivas ("covenants"). Entre essas cláusulas está a manutenção de índice financeiro resultante da relação entre a dívida líquida e o LAJIDA (EBITDA) - Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização, ajustado, sendo definido conforme contrato e descritas a seguir:

- A dívida líquida correspondente ao total de empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes, deduzido do saldo de caixa e equivalentes de caixa e arrendamentos mercantis - direito de uso, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado.
- O LAJIDA ajustado ao lucro líquido consolidado acrescido, sem duplicidade: (i) das despesas financeiras líquidas; (ii) do imposto de renda e da contribuição social correntes e diferidos; (iii) da depreciação e amortização; e (iv) de outras despesas não recorrentes definidas em contrato.
- O limite do índice financeiro, a ser atingido pela Companhia, está definido como a relação entre Dívida Líquida e EBITDA igual ou inferior a 2,75 (dois inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes em cada trimestre dos anos de 2020, 2021 e 2022 ou até a data de vencimento, para os empréstimos relacionados nos itens (a, b, f, i, k).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia encontra-se adimplente com todas as cláusulas restritivas, tendo atingido o índice financeiro acima descrito de 1,46 (1,16 em 31 de dezembro de 2020).

“Covenants” não financeiros

A seguir estão apresentados os principais “covenants” não financeiros para a controladora e suas controladas:

- Inadimplemento pela Companhia de qualquer obrigação relativa às debêntures, não sanado no prazo de dez dias úteis.
- Transformação da forma societária da Companhia de Companhia por ações para Companhia limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.
- A garantia ou o contrato de alienação fiduciária de ações sejam objeto de questionamento judicial pela Companhia.
- Redução de capital social da Companhia, exceto: (a) se previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 90% das debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Companhias por Ações; ou (b) no âmbito da cisão permitida.
- Mudança ou transferência de controle direto da Companhia, exceto: (a) se a operação tiver sido previamente aprovada por debenturistas representando, no mínimo, 75% das debêntures em circulação; ou (b) no âmbito de oferta pública de ações, limitadas ao máximo de 50% das ações em circulação na data da emissão das debêntures, sem alteração da titularidade das demais ações de emissão da Companhia.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas financeiras ou de mercado de capitais da Companhia e/ou de qualquer controlada, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000, atualizados anualmente, a partir da data de emissão, pela variação positiva do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, ou seu equivalente em outras moedas.
- Inadimplemento ou vencimento antecipado de obrigações assumidas pela Companhia e/ou por qualquer controlada em valor igual ou superior a R\$30.000 em quaisquer contratos ou títulos celebrados com qualquer dos debenturistas.
- Distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Companhia esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas na escritura de emissão e/ou no contrato de alienação fiduciária de ações, exceto pelo pagamento do dividendo obrigatório não superior a 25% do lucro líquido ajustado previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- Qualquer distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas que exceda o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a relação entre dívida total (assim entendido o endividamento financeiro consolidado da Companhia) e LAJIDA seja igual ou maior que 2,50 vezes nas verificações a serem feitas pelo agente fiduciário no último mês reportado, o que poderá ocorrer em março ou setembro do ano em que forem declarados os dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro pagamento a acionistas, exceto no âmbito dos programas de “stock option” aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020, a Companhia estava adimplente com os “covenants” não financeiros.

15. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos mercantis (a)	92.089	106.126
Arrendamentos mercantis - direitos de uso (b)	79.427	82.421
Total	<u>171.516</u>	<u>188.547</u>
Parcela do circulante	57.435	53.758
Parcela do não circulante	114.081	134.789
	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Arrendamentos mercantis (a)	106.947	130.203
Arrendamentos mercantis - direito de uso (b)	131.865	139.130
Total	<u>238.812</u>	<u>269.333</u>
Parcela do circulante	75.314	71.805
Parcela do não circulante	163.498	197.528

(a) Referem-se ao saldo a pagar de operações de arrendamento mercantil, contratadas para aquisição de equipamentos de informática utilizados nas operações da Companhia.

Em 15 de junho de 2016, a Companhia realizou uma operação de “sale & leaseback”, a valor de livros no montante de R\$54.093, ao custo de 109,46% do CDI, com vencimento até 14 de dezembro de 2019. Em 31 de dezembro de 2018, foi renegociada a extensão da data de vencimento dos contratos de “sale & leaseback” que foi liquidado em 31 de dezembro de 2021.

(b) Referem-se ao registro do direito de uso de certos ativos de acordo com os critérios estabelecidos na IFRS 16/CPC 6 (R2).

A movimentação dos saldos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	200.936	267.155
Novos contratos	190.452	209.430
Baixa de contratos	(120.373)	(120.373)
Juros incorridos	11.966	16.824
Variação cambial	-	569
Ajuste de conversão	-	6.247
Pagamento de juros	(10.891)	(12.259)
Pagamento de principal	(83.543)	(98.260)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>188.547</u>	<u>269.333</u>

	Controladora	Consolidado
Novos contratos	38.630	40.828
Baixa de contratos	(9.838)	(9.838)
Juros incorridos	13.024	17.591
Ajuste de conversão	-	354
Variação cambial	-	(1.854)
Pagamento de juros	(5.740)	(7.296)
Pagamento de principal	(53.107)	(70.306)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>171.516</u>	<u>238.812</u>

As operações de arrendamento da Companhia não requerem a manutenção de índices financeiros ("covenants"), uma vez que tem como garantia o próprio bem.

16. PROVISÃO PARA RISCOS E PROCESSOS JUDICIAIS

A Companhia é parte em ações judiciais de naturezas tributária, trabalhista e cível. A Administração acredita, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, que a provisão para riscos e processos judiciais é suficiente para cobrir prováveis desembolsos de caixa. Os depósitos judiciais estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários. Essa provisão está assim demonstrada:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas e previdenciárias (a)	54.197	72.311
Tributárias (b)	27.477	24.527
Cíveis (c)	130	130
Total	<u>81.804</u>	<u>96.968</u>
Circulante	35.947	35.510
Não circulante	45.857	61.458
	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas e previdenciárias (a)	95.305	100.024
Tributárias (b)	33.206	39.845
Cíveis (c)	130	130
Total	<u>128.641</u>	<u>139.999</u>
Circulante	36.604	36.420
Não circulante	92.037	103.579

- (a) Referem-se, principalmente, a reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago em demissões, notadamente pedidos de responsabilidade subsidiária, horas extras e reconhecimento de vínculo empregatício. Adicionalmente, foram constituídas provisões para fazer frente a eventuais riscos relacionados a essas disputas, mas ainda não materializados. Deste valor, o montante de R\$45.492 (R\$20.936 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a provisões para contingências constituídas por ocasião da aquisição do Grupo Work e Synapsis.

- (b) Referem-se basicamente a provisões apoiadas em liminares obtidas para fazer frente a questionamentos do recolhimento do ICMS sobre energia elétrica no Rio de Janeiro e em São Paulo (R\$16.048) e sobre o não recolhimento do INSS sobre verbas indenizatórias (R\$7.271). Além disso também se referem a provisões constituídas quando da aquisição de controladas, cujos processos possuem garantias, registradas na rubrica “Depósitos judiciais e garantias”.
- (c) Referem-se, principalmente, a provisões constituídas para fazer face a eventuais discussões judiciais, relativas a questões contratuais.

Em 6 de abril de 2016 e em 5 de novembro de 2019, a Companhia foi notificada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no valor atualizado total R\$818.417 (R\$224.669 de principal e R\$593.748 de juros e multa), com relação à dedutibilidade da amortização do ágio gerado na incorporação da empresa Dethalas Empreendimentos e Participações S.A. na apuração do cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do período de dezembro de 2011 a março de 2014 e período de abril de 2014 a dezembro de 2016, respectivamente. Com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia estima que a chance de perda nesse questionamento é possível para determinadas matérias no valor total de R\$686.654 e remota para outras no valor total de R\$131.763.

Adicionalmente, a Companhia é, ainda, parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, cujo risco total classificado como possível pelos seus assessores jurídicos externos é de R\$256.916, dividido em R\$47.124, R\$48.654 e R\$161.138 para processos trabalhistas, cíveis e fiscais, respectivamente, em 31 de dezembro de 2021 (R\$233.530, dividido em R\$58.877, R\$18.938 e R\$155.715 para processos trabalhistas, cíveis e fiscais, respectivamente, em 2020), e estão sendo discutidos tanto na esfera administrativa como na judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais.

A movimentação da provisão para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 é como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	90.373	129.682
Adições, líquidas de utilizações	61.528	57.209
Combinação de negócios	-	2.855
Pagamentos	(54.933)	(60.754)
Ajustes de conversão	-	11.007
Saldo em 31 de dezembro de 2020	96.968	139.999
Adições, líquidas de utilizações	62.596	69.990
Pagamentos	(77.760)	(77.760)
Ajustes de conversão	-	(3.588)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>81.804</u>	<u>128.641</u>

16.1. Depósitos judiciais e garantias

A Companhia é parte em ações judiciais de natureza trabalhista e cível. A Administração, apoiada nas posições e nas estimativas de seus advogados e assessores jurídicos externos, registrou os saldos de depósitos judiciais, que estão substancialmente vinculados aos processos judiciais trabalhistas e previdenciários.

A Companhia também reconheceu um ativo no montante de R\$3.428 na controladora e R\$16.325 no consolidado (R\$3.428 na controladora e R\$31.470 no consolidado em 31 de dezembro de 2020), decorrentes das garantias contratuais firmadas com os antigos acionistas da Tivit Chile (Synapsis).

Esses depósitos e garantias estão assim demonstrados:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas e previdenciárias	19.583	28.400
Total	19.583	28.400
Circulante	10.633	15.930
Não circulante	8.950	12.470
	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Tributárias	94	13.759
Trabalhistas e previdenciárias	32.386	42.683
Total	32.480	56.442
Circulante	10.633	15.930
Não circulante	21.847	40.512

17. IMPOSTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Seguro de Acidente do Trabalho - SAT (*)	1.826	1.531	1.826	1.531
ISS	7.065	7.385	7.721	9.202
COFINS	4.542	10.633	5.624	10.636
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	8.706	8.949	9.321	9.091
Contribuição previdenciária sobre a receita bruta - CPRB	6.442	7.894	6.614	8.080
PIS	534	1.066	756	1.066
Imposto de renda e contribuição social	3.780	25.810	21.117	39.474
Outros	3.061	4.065	18.166	20.748
Total	35.956	67.333	71.145	99.828
Parcela do circulante	34.131	65.802	69.317	98.289
Parcela do não circulante	1.825	1.531	1.828	1.539

(*) Refere-se à medida liminar concedida pela Justiça Federal nos autos do Mandado de Segurança impetrado no ano 2009, com o objetivo de afastar a exigência da contribuição ao SAT, considerando o grau de risco da atividade desenvolvida pela Companhia como um todo, para manter o recolhimento da referida exação sob a alíquota corresponde à atividade exercida em cada um dos seus estabelecimentos.

18. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para férias e encargos sociais	51.696	55.663	63.703	65.664
Participação nos resultados	26.998	33.368	44.694	49.682
Salários e encargos sociais	15.063	12.499	18.188	16.456
Outros	6.051	5.385	7.371	6.681
Total	99.808	106.915	133.956	138.483

19. DEMAIS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Aquisições (i)	156.227	55.995	156.227	55.995
Receita Diferida (ii)	4.544	8.760	22.055	24.131
Outras contas a pagar	4.610		7.952	10.272
Total	165.381	64.755	186.234	90.398
Circulante	10.259	34.276	16.975	54.879
Não circulante	155.122	30.479	169.259	35.519

(i) Referem-se a obrigações de parcelas variáveis a pagar associadas à aquisição de investimentos, definidas conforme a mecânica de cálculo estabelecida no contrato de compra e venda. As parcelas variáveis são condicionadas ao atingimento, por parte da empresa adquirida, de determinadas metas financeiras para os anos subsequentes e, portanto, sua apuração demanda julgamento por parte da Administração quanto à probabilidade de tal atingimento.

(ii) Referem-se a valores recebidos de clientes, cujos serviços ainda não foram prestados.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa da contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

		Controladora	
		31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:			
Prejuízo fiscal e base negativa		174.622	178.572
Provisão para fornecedores		19.709	9.130
Ágio amortizado antes da incorporação		5.230	5.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		5.349	5.234
Provisão para dissídios e encargos sociais		5.739	5.071
Provisão para bônus		11.258	5.973
Provisão para SAT		476	380
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios		1.357	1.467
Provisão para contingências		15.149	10.544
Provisão - Incorporação Neobpo		6.421	6.423
Outros		3.923	1.839
Total		249.233	229.863

		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:			
Prejuízo fiscal e base negativa		177.578	180.540
Provisão para fornecedores		20.199	9.162
Ágio amortizado antes da incorporação		5.230	5.230
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		5.353	5.234
Provisão para dissídios e encargos sociais		8.275	8.076
Provisão para bônus		13.892	8.783
Provisão para SAT		476	380
Provisão para contingências oriundas de combinação de negócios		1.357	1.661
Provisão para contingências		15.149	10.544
Provisão - Incorporação Neobpo		6.421	6.421
Outros		10.292	34.189
Total		264.222	270.220

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Ágio de incorporadas (i)	438.899	437.595	438.899	437.595
Diferenças temporárias (ii)	52.780	58.529	52.780	87.130
Relacionamento com clientes oriundo de combinação de negócios	2.766	2.766	8.533	10.599
“Mais valia” de ativo imobilizado oriundo de combinação de negócios (III)	532	532	532	532
Outros	-	705	8.761	1.912
Total	<u>494.977</u>	<u>500.127</u>	<u>509.505</u>	<u>537.768</u>

- (i) Refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do ágio amortizado fiscalmente que não transitou pelo resultado das operações.
- (ii) Representadas pelo imposto de renda e pela contribuição social diferidos passivos sobre a parcela do custo de aquisição de equipamentos de informática adquiridos por meio de arrendamento mercantil, já aproveitada a dedutibilidade fiscal na apuração do lucro real e da base negativa de contribuição social, e que ainda não transitou pelo resultado das operações após a mudança de prática contábil.
- (iii) Referem-se à diferença temporária decorrente da alocação do preço pago da aquisição da Tivit Chile (Synapsis).

c) Movimentação líquida da rubrica “Imposto de renda e contribuição social diferidos”

	Controladora		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	229.863	(500.127)	(270.264)
Adições	35.438	(1.598)	33.840
Baixas	(16.068)	6.748	(9.320)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>249.233</u>	<u>(494.977)</u>	<u>245.744</u>
Classificados no ativo			-
Classificados no passivo			245.744

	Consolidado		
	Ativo	Passivo	Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2020	270.220	(537.768)	(267.548)
Adições	40.515	(4.813)	35.702
Baixas	(65.884)	40.459	(25.425)
Ajuste de tradução	19.371	(7.383)	11.988
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>264.222</u>	<u>(509.505)</u>	<u>(245.283)</u>
Classificados no ativo			1.617
Classificados no passivo			246.900

d) Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2021	Controladora	Consolidado
2022	21.003	36.966
2023	31.467	54.464
2024	43.818	66.695
2025 em diante	152.945	109.097
Total	<u>249.233</u>	<u>264.222</u>

e) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 apresentam a seguinte reconciliação à alíquota nominal:

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses		Doze meses	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	49.555	202.491	74.437	213.027
Alíquota vigente do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e de contribuição social de acordo com as alíquotas vigentes	(16.849)	(68.847)	(25.309)	(72.429)
Bônus - estatutário	(3.183)	(6.538)	(3.183)	(6.538)
Equivalência patrimonial	14.697	11.684	(549)	-
Juros sobre capital próprio	21.553	22.983	21.553	22.983
Ajuste de tradução	-	-	(5.646)	(142)
PAT - Programa de alimentação ao trabalhador	163	-	163	-
Imposto pago por presunção - exterior	-	-	(946)	1.324
Diferenças de alíquotas - exterior	-	-	3.487	-
Outros	(891)	873	1.038	4.421
Despesa com imposto de renda e contribuição social debitada ao resultado do período	<u>15.490</u>	<u>(39.845)</u>	<u>(9.392)</u>	<u>(50.381)</u>
Correntes	(9.032)	(26.098)	(34.845)	(42.378)
Diferidos	24.522	(13.747)	25.453	(8.003)
Alíquota efetiva	31%	20%	13%	24%

Alterações nas legislações tributárias - Argentina, Colômbia e Chile*Reforma tributária argentina*

Em 29 de dezembro de 2017, foi modificada a Lei do Imposto de Renda na Argentina cujo efeito principal é uma diminuição na taxa de imposto de renda para os lucros não distribuídos, passando de um percentual de 35% em 2017 para 20% no ano de 2020. Para os anos de 2018 e 2019 a taxa de imposto de renda é de 30%. No caso de os dividendos serem distribuídos sobre os lucros para esses anos (2018 a 2021), a alíquota aplicável é de 35%, para o qual o imposto já pago deve ser deduzido.

No caso das empresas com prejuízo fiscal, a taxa que se aplica como crédito para cada ano é a seguinte:

- 2020 - 25%.
- 2021 - 27%

Reforma tributária chilena

Em 29 de setembro de 2014, foi aplicada uma reforma tributária que introduziu diversos ajustes no sistema tributário do Chile. Entre as principais alterações, essa reforma acrescenta um novo sistema fiscal semi-integrado, em que os contribuintes podem escolher livremente como pagar seus impostos. Para a Tivit Chile, aplica-se o sistema de tributação semi-integrado, conforme estabelecido por lei, sem descartar que no futuro mude para o sistema de renda atribuída.

O sistema semi-integrado proporciona um aumento gradual dos impostos de primeira categoria para os anos comerciais 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 em diante: 21%, 22,5%, 24%, 25,5% e 27%, respectivamente. O percentual de 27% se mantém válido também para 2021.

Reforma tributária colombiana

Imposto de renda - em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, a taxa de imposto de renda para as empresas da Colômbia:

Tipo companhia	Ano	Tarifa
Companhia nacional	2020	32%
Companhia nacional	2021	31%
Companhia nacional	2022	35%
Companhia em zona franca	2019	20%

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o capital social subscrito e integralizado é de R\$1.106.214 e está dividido em 91.975.060 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, assim distribuídas:

Acionista	Número de ações	%
APX Brazil Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	86.422.871	93,96
Luiz Roberto Novaes Mattar	4.492.015	4,88
Ações em tesouraria	777.448	0,85
Outros	282.726	0,31
Total	<u>91.975.060</u>	<u>100,00</u>

A Companhia fica autorizada mediante deliberação do Conselho de Administração a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária, com emissão de ações ordinárias adicionais até o limite de 134.868.561 (cento e trinta e quatro milhões, oitocentos e sessenta e oito mil, quinhentas e sessenta e uma) ações ordinárias.

Conforme ata de reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de janeiro de 2020, instrumento particular de compra e venda de ações datado de 30 de junho de 2020 e distrato de compra e venda de ações foram movimentadas 382.203 ações para manutenção em tesouraria.

b) Reserva legal, reserva de retenção de lucros, dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 25% sobre os lucros auferidos, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social.

Em 27 de dezembro de 2019 e 24 de janeiro de 2020, foi deliberada a distribuição de juros sobre o capital próprio referente ao último trimestre de 2019, totalizando R\$34.415, pagos em 4 de janeiro de 2021.

Em 31 de março de 2020, foram destinados R\$15.718 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 30 de junho de 2020, foram destinados R\$15.950 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 30 de setembro de 2020, foram destinados R\$15.710 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 30 de dezembro de 2020, foram destinados R\$20.167 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2020.

Em 31 de março de 2021, foram destinados R\$14.540 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2021.

Em 30 de junho de 2021, foram destinados R\$13.295 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2021.

Em 30 de setembro de 2021, foram destinados R\$17.615 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021, foram destinados R\$17.942 para juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2021.

c) Reserva do programa de compra de ações

Refere-se à contrapartida do reconhecimento da despesa referente ao plano de opção de compra de ações, conforme descrito na nota explicativa nº 28.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das conversões das demonstrações financeiras de controladas no exterior que tenham moeda funcional diferente da moeda de reporte. O efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Considera-se também o efeito da variação cambial sobre contas a pagar gerado a partir da transferência do controle societário das controladas Synapsis Argentina SRL, Synapsis Chile e Synapsis Peru SRL (vide nota explicativa nº 21), devido a essas transações fazerem parte do investimento líquido da aquisição da Synapsis.

e) Destinação do lucro

	2021	2020
(+) Lucro líquido do exercício	65.045	162.646
(-) Reserva legal - 5%	(3.252)	(8.132)
Subtotal	61.793	154.514
(-) JCP/Dividendos pagos/propostos	(63.392)	(106.174)
Reserva de lucros (consumida) constituída	(1.599)	48.340

22. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Ativo circulante</u>				
Contas a receber:				
Tivit Chile	160	91	-	-
Tivit Peru SRL	168	136	-	-
Tivit USA	137	8	-	-
Tivit México	519	498	-	-
Tivit Chile (f)	7.243	6.800	-	-
Tivit Argentina (e)	8.765	6.756	-	-
Tivit México (e)	4.537	-	-	-
One Cloud	4.663	-	-	-
Comercializadora	1.820	-	-	-
Privally	721	201	-	-
Total - controladas	28.733	14.490	-	-
Coligada:				
Neobpo (c)	1.734	1.711	1.734	1.711
Total - coligada	1.734	1.711	1.734	1.711
Total ativo circulante	30.467	16.201	1.734	1.711
<u>Ativo não circulante</u>				
Contas a receber:				
Tivit Chile (f)	10.052	-	-	-
Total - controladas	10.052	-	-	-
<u>Passivo circulante</u>				
Contas a pagar:				
Privally	31	-	-	-
Total Controladas	31	-	-	-

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Coligada:				
Neobpo (c)	1.030	645	1.030	645
Total coligada	1.030	645	1.030	645
Total passivo circulante	1.061	645	1.030	645

Passivo não circulante

Contas a pagar:

Tivit Argentina SRL (b)	13.800	13.800	-	-
Tivit Chile (b)	13.931	12.335	-	-
One Cloud	1.563	1.556	-	-
Tivit Peru SRL (b)	43	39	-	-
Total controladas	29.337	27.730	-	-
Total passivo não circulante	29.337	27.730	-	-

	Controladora		Controladora	
	Doze meses		Doze meses	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Resultado líquido				
Neobpo (a) (c) (d)	7.823	6.030	7.823	6.030
México (f)	-	10.478	-	-
Chile (f)	-	(33.833)	-	-
Atualização monetária - contrato de mútuo (a)	-	870	-	870
Variação cambial	(796)	(2.577)	-	(4.062)
Total	(7.027)	(19.032)	7.823	2.838

- (a) Refere-se a contrato de mútuo com prazo de quitação previsto para 2021 conforme definido no anexo 1 do Segundo Aditamento ao contrato de mútuo datado de 29 de setembro de 2017. As parcelas serão acrescidas de 100% (cem por cento) da variação das taxas médias diárias do DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 - Segmento Cetip UTM, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de uma sobretaxa equivalente a 2,3198% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis" por dias úteis decorridos, incidentes sobre o saldo devedor, a partir da data de início do contrato até o dia da efetiva liquidação das parcelas previstas. Em 18 de dezembro de 2020, o contrato foi liquidado antecipadamente pela Neobpo.
- (b) Em janeiro de 2015, a Companhia adquiriu a Synapsis Brasil S.A. da Tivit Chile e Synapsis Argentina SRL, gerando um passivo a pagar em reais para essas empresas nos montantes de R\$947 e R\$18.022, respectivamente. Em fevereiro de 2017, foram amortizados R\$3.204 e em novembro de 2017 amortizados R\$1.018 do valor a pagar à Synapsis Argentina.

Exceto pelo valor de R\$947, o montante de R\$13.027, sendo Tivit Chile R\$12.984 e Synapsis Peru R\$43, referem-se a conta corrente entre a Companhia e essas controladas. Todos esses valores estão atrelados ao dólar norte-americano (US\$). A Companhia não tem um cronograma definido para a quitação desse passivo, mas entende que ele não será liquidado dentro dos próximos 12 meses. Essas transações não têm atualização monetária.

- (c) Refere-se a contas a receber em reais referente ao contrato de prestação de serviços de TI e “cloud” para a Neobpo.
- (d) Refere-se ao contrato de aluguel em reais, de espaços utilizados para a prestação de serviços a determinados clientes.
- (e) Refere-se à prestação de serviços de implementação e consolidação de data center nas controladas Tivit México, Argentina e Equador.
- (f) Refere-se a contrato em dólar norte-americano (US\$) para prestação de serviços de implementação e consolidação de “cloud” na controlada Tivit Chile.

23. RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses		Doze meses	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<u>Receita de serviços prestados</u>				
Mercado interno	1.308.674	1.576.036	1.880.330	1.998.448
Mercado externo	9.757	7.605	9.757	7.605
Impostos sobre serviços prestados (*)	(175.173)	(214.765)	(189.896)	(218.185)
Receita líquida de serviços	<u>1.143.258</u>	<u>1.368.876</u>	<u>1.700.191</u>	<u>1.787.868</u>

(*) Refere-se a PIS, COFINS, ISS e CPRB incidentes sobre os serviços prestados.

24. INFORMAÇÃO POR REGIÃO (CONSOLIDADO)

	Brasil		Latam		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita de serviços prestados	1.459.622	1.627.337	430.465	378.716	1.890.087	2.006.053
Impostos sobre serviços prestados (*)	(189.896)	(218.185)	-	-	(189.896)	(218.185)
Receita líquida de serviços	<u>1.269.726</u>	<u>1.409.152</u>	<u>430.465</u>	<u>378.716</u>	<u>1.700.191</u>	<u>1.787.868</u>

(*) Refere-se ao PIS, COFINS, ISS e CPRB incidentes sobre os serviços prestados.

25. CUSTOS E DESPESAS (RECEITAS) OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses		Doze meses	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Despesas com pessoal	605.373	628.552	811.160	803.563
Depreciações e amortizações	152.727	154.167	201.346	198.246
Manutenção de equipamentos de informática e de telecomunicações	208.797	237.100	323.034	295.433
Despesas com ocupação	41.462	41.734	50.219	53.283
Telefonia, conectividade e "link"	17.462	17.194	29.822	29.279
Aluguel e condomínio	2.072	930	11.775	6.356
Serviço de terceiros	35.815	41.834	79.793	75.668
Viagens	1.547	2.706	2.832	6.337
Equivalência patrimonial	(43.226)	(34.364)	(1.616)	-
Outros custos e despesas, líquidas	13.117	28.661	47.516	41.817
Total	<u>1.035.146</u>	<u>1.118.514</u>	<u>1.555.881</u>	<u>1.509.982</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	955.206	1.017.495	1.379.777	1.328.462
Despesas com vendas	62.220	65.278	79.012	78.485
Despesas gerais e administrativas	61.132	70.281	98.894	103.211
Resultado de equivalência patrimonial	(43.226)	(34.364)	(1.616)	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(186)	(176)	(186)	(176)
Total	<u>1.035.146</u>	<u>1.118.514</u>	<u>1.555.881</u>	<u>1.509.982</u>

26. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	Doze meses		Doze meses	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras:				
Rendimentos sobre aplicações financeiras	3.807	4.725	5.864	5.046
Outras receitas	656	1.723	680	1.734
Total	<u>4.463</u>	<u>6.448</u>	<u>6.544</u>	<u>6.780</u>
Despesas financeiras:				
Juros passivos	(46.240)	(34.563)	(52.026)	(44.740)
Juros de arrendamento	(13.024)	(11.966)	(17.591)	(16.824)
Outras despesas financeiras	(4.493)	(7.056)	(7.698)	(8.789)
Total	<u>(63.757)</u>	<u>(53.585)</u>	<u>(77.315)</u>	<u>(70.353)</u>
Variação cambial, líquida	737	(734)	898	(1.286)
Total	<u>737</u>	<u>(734)</u>	<u>898</u>	<u>(1.286)</u>
Resultado financeiro	<u>(58.577)</u>	<u>(47.871)</u>	<u>(69.873)</u>	<u>(64.859)</u>

27. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Em 31 de dezembro de 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$13.965 na controladora e consolidado (R\$14.842 na controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2020), sendo salários e benefícios variáveis.

A remuneração da Administração está registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

A abertura dos saldos está apresentada a seguir:

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários	7.246	7.106
Bônus	6.408	7.427
Outros benefícios	311	309
Total	<u>13.965</u>	<u>14.842</u>

28. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Controladora

Em Assembleia Geral Extraordinária em 26 de dezembro de 2016, os acionistas aprovaram plano de opção de compra de ações para os diretores estatutários e principais colaboradores da Companhia, cujo objetivo é contribuir com os interesses da Companhia mediante a outorga de ações ordinárias de sua emissão. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 6% do total de ações ordinárias, considerando nesse total o efeito da diluição que resultar do exercício de todas as opções de compra de ações outorgadas e não exercidas.

As condições de aquisição de direito das opções estão atreladas a anos de serviço, atingimento de preços-alvo da ação e evento de liquidez.

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão com base no modelo binomial de precificação de opções, que considerou as seguintes variáveis e resultados:

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações									Premissas valor justo
Ano	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação	(*) Preço de exercício - reais	Precificação de opções a data da outorga	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade
2016	3.397.810	-	(98.000)	3.299.810	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos
2017	152.790	-	(93.333)	3.359.267	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	3 anos
2018	710.000	-	(33.333)	4.035.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2018	-	-	(57.500)	3.978.434	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2018	-	-	(30.000)	3.948.434	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2018	-	-	(102.500)	3.845.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2020	130.000	-	-	3.975.934	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2020	-	-	(188.750)	3.787.184	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2020	-	-	(85.000)	3.702.184	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos
2020	37.500	-	-	3.739.684	28,95 e 3,05	R\$32,37	31,2%	De 13,04% a 11,46%	2 anos

(*) Em função da cisão do segmento de BPO, a Administração da Companhia aprovou a segregação do preço de exercício do plano entre a Companhia e a Neobpo, conforme demonstrado abaixo:

	Tivit	Neobpo	Total
Plano	28,95	3,05	32,00

A Companhia teve suas ações negociadas na Bolsa de valores no período de 2009 a 2011. As normas contábeis permitem que nesse caso seja considerada a volatilidade histórica de entidades similares. Entretanto, como não foram encontradas empresas que exerçam exatamente a mesma atividade da Companhia, a Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral dos detentores da opção.

Para a determinação da taxa de juros livre de risco, foi considerada a taxa das letras no tesouro nacional (LTN) com vencimentos mais próximos à data de maturidade das opções.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, não tivemos despesas referentes ao valor justo de opções concedidas.

Controladas (Tivit Chile e Tivit Colômbia)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi aprovado pelo Conselho de Administração a proposta para o “Plano Phantom de Stock Options Latam”. Esse plano possui o prazo de 4 anos (2015 a 2019) e será liquidado em caixa. A outorga de opções de compra de ações foi limitada ao máximo de 420.000 opções “phantom”.

Principais termos e condições referentes às outorgas de opção de compra de ações							Premissas valor justo		
Data	Opções outorgadas	Exercidas	Canceladas	Em circulação (efeito acumulado)	Preço de exercício - reais	Precificação de opções	Volatilidade	Taxa de juros livre de risco - % (*)	Prazo maturidade
2015	390.000	-	-	390.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	4 anos
2018	20.000	(11.700)	(18.300)	380.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	2 anos
2019	10.000	(48.000)	-	342.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	1 ano
2020	-	(327.000)	-	15.000	22,49	18,98	31,2%	de 13,04% a 11,46%	1 ano

A Companhia teve suas ações negociadas na Bolsa de valores no período de 2009 a 2011.

As normas contábeis permitem que nesse caso seja considerada a volatilidade histórica de entidades similares. Entretanto, como não foram encontradas empresas que exerçam exatamente a mesma atividade da Companhia, a Administração optou por utilizar apenas a sua própria volatilidade histórica. O prazo esperado dos instrumentos foi baseado na experiência histórica e no comportamento geral dos detentores da opção.

As despesas referentes ao valor justo das opções reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram de R\$951 (R\$668 em 31 de dezembro de 2020), registradas na rubrica “Despesas gerais e administrativas” em contrapartida ao passivo.

29. RESULTADO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico IAS 33/CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão demonstrados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído:

	Doze meses	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	65.045	162.646
Média ponderada das ações ordinárias emitidas (em milhares)	91.975	91.975
Lucro básico por ação - R\$	0,71	1,77
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	65.045	162.646
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	91.975	91.975
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opções	623	1.618
Total (em milhares)	92.598	93.593
Lucro diluído por ação - R\$	0,70	1,74

30. OBRIGAÇÕES E COMPROMISSOS FUTUROS

Os principais compromissos assumidos pela Companhia são:

- Energia elétrica - contrato de fornecimento de energia elétrica para provimento de insumo no desenvolvimento da atividade econômica. Esses contratos tiveram início em julho de 2013 (sem data de vencimento). Em 31 de dezembro de 2021, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$358.133 (R\$172.163 em 31 de dezembro de 2020). A Administração não espera alterações relevantes nesses custos nos próximos exercícios.
- Telefonia - contratos de prestação de serviços de telefonia, os quais consistem no recebimento de transmissão de voz. Os contratos têm prazos variáveis de vigência, renováveis por iguais períodos sucessivos. Em 31 de dezembro de 2021, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$12.238 (R\$18.727 em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende que gastos futuros com telefonia serão consistentes com os gastos incorridos.
- Transmissão e entrega de sinais digitais - consistem em recebimento, transmissão e entrega de sinais digitais entre endereços preestabelecidos pela Companhia. Os contratos têm prazos variáveis de vigência. Em 31 de dezembro de 2021, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$89.340 (R\$156.465 em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende que os gastos futuros com transmissão e entrega de sinais digitais serão consistentes com os gastos incorridos.
- Licenças - contrato de fornecimento dos seguintes itens: (a) licenças perpétuas de uso dos módulos e das aplicações de sistemas; (b) serviços de atualização de licenças/suporte técnico; e (c) serviços de implementação, adaptação, parametrização e treinamento. Os contratos têm prazos variáveis de vigência. Em 31 de dezembro de 2021, o compromisso esperado pela Companhia relacionado a esse contrato é de R\$376.235 (R\$322.217 em 31 de dezembro de 2020). A Administração entende que os gastos futuros com licenças serão consistentes com os gastos incorridos.
- Contratos de arrendamento - a Companhia possui diversos contratos de arrendamento de equipamentos com diversas instituições financeiras, cujos detalhes estão apresentados nas notas explicativas nº 12 e nº 15.

Fianças bancárias

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, com base nos contratos vigentes, as fianças bancárias contratadas apresentam a seguinte composição:

Modalidade	31/12/2021		31/12/2020	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Garantias destinadas a aluguéis	-	173	-	178
Garantias judiciais	2.141	15.038	2.611	30.279
Garantias fiscais	12.706	12.706	12.706	12.706
Garantias de clientes	643	37.188	-	32.416
Total	15.490	65.105	15.317	75.579

31. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores de ativo imobilizado não liquidados	28.435	43.428	31.487	48.291
Ativo imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil	5.900	44.862	5.900	63.415
Pagamento de contingências com depósitos judiciais	778	5.060	778	5.060
Provisão de dividendos e juros sobre capital próprio	63.392	106.174	63.392	106.174

32. IMPACTOS DO COVID-19

A Companhia está monitorando os possíveis riscos inerentes ao Covid-19 que possam vir a afetar suas operações. Mesmo operando com a maioria da força de trabalho de forma remota, por meio da sua estrutura e plataforma de tecnologia, as operações aos clientes têm sido conduzidas dentro da normalidade, não havendo mudança em relação ao fornecimento dos seus serviços, ativos financeiros e demais posições patrimoniais. Não foram percebidas perdas potenciais materiais de liquidez, inadimplência ou outros riscos corporativos. Para que seja possível acompanhar os avanços da pandemia em todos os sites, foi montada uma estrutura de comitês de crises com acompanhamento mais frequente dos resultados operacionais e financeiros.

As projeções de receitas e fluxos de caixa operacionais da Companhia apresentam plenas condições de continuidade das operações. A Administração da Companhia acompanhará a evolução de todo o contexto econômico no Brasil e global, e caso venha a ser necessário, irá adequar as operações de acordo com o volume dos negócios. Neste momento os contratos firmados com clientes não apresentam riscos de serem rescindidos e os recebíveis de não serem quitados.

A Companhia vem realizando testes de recuperabilidade dos seus ativos relevantes, considerando os impactos potenciais decorrentes do COVID-19 nas suas operações, e até o momento não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas em suas demonstrações financeiras.

33. SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Com base nos contratos vigentes, os limites máximos de indenização contratados (consolidado) apresentam a seguinte composição:

Descrição	Ramo da apólice	Limite máximo de indenização consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais e lucros cessantes	777.753	796.785
Responsabilidade civil	Reclamações para reparos de danos involuntários. materiais e/ou corporais. causados a terceiros	44.297	43.908
Responsabilidade profissional	Reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes	10.000	10.000
Automóveis	Cobertura básica	13.152	17.724
Pessoas	Seguro de responsabilidade civil dos administradores	138.750	138.750
	Cyber Security	7.000	7.000
Pessoas	Vida em grupo e acidentes pessoais	630.421	649.192

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação pelo Conselho de Administração em reunião realizada em de 10 de março de 2022.
